

**REUNIÃO  
DO EXECUTIVO**

**ACTA Nº 15/2000  
DE 2000/06/08**

**ACTA Nº. 15/2000**

**Data da reunião ordinária:** 2000/06/08

**Local da reunião:** Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

**Início da reunião:** 9,30 horas

**Términus da reunião:** 14,45 horas

**Intervalo:** das 13,00 às 13,30 horas

**Resumo diário da Tesouraria:** 2000/06/08 ..... 65.684.368\$00

**Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:**

**Presidente:** José Miguel Correia Noras

**Vereadores:** Eng<sup>o</sup>. Hermínio Paiva Fernandes Martinho

Dr. Joaquim Adriano Botas Castanho

Dr.<sup>a</sup> Maria da Graça Carvalho Vieira Machado Morgadinho

Vicente Carlos Flor Batalha

Eng<sup>o</sup>. António Freire de Oliveira

Eng<sup>o</sup>. Luís Manuel Fé de Pinho

Eng.<sup>a</sup> Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma

Dr.<sup>a</sup>. Rosa Maria Ferreira Mesquita Feliciano

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

**Cargo:** Chefe de Secção

**Faltas justificadas:**

**Faltas por justificar:**

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

----- **ABERTURA DA ACTA** -----

---- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **nove horas e trinta minutos** e perguntou aos senhores Vereadores se já tinham tomado conhecimento da acta da reunião anterior, oportunamente distribuída e porque todos responderam afirmativamente foi dispensada a sua leitura, nos termos do artigo quarto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três. Submetida seguidamente a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

---- A seguir, e depois de submetida, pelo senhor Presidente, à votação, foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta do senhor Vereador Fé de Pinho à última reunião. -----

----- **LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES** -----

---- **A) DIVERSOS** -----

---- Foi presente a **informação número trinta e seis/dois mil** do *Consultor Jurídico*, sobre uma construção na Zona Industrial, freguesia de Várzea, deste Município, em nome de J.S. Gouveia, Limitada, do seguinte teor: -----

---- “(...) resulta da informação jurídica, de nove de Julho do ano findo do senhor Doutor António Rebordão Montalvo e de outra por nós prestada, sob o número oito/dois mil, de catorze de Janeiro último, que é possível a construção na área de terreno correspondente ao lote número quarenta-A, desde que aprovada a alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Santarém. -----

---- Atento o pedido de licenciamento constante do processo de obras número cento e sessenta/noventa e sete, que fundamentou um pedido de incentivo financeiro por J.S. Gouveia junto do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, sustentámos naquela nossa informação número oito/dois mil que “...*tendo em vista acautelar e salvaguardar o interesse público que à Câmara Municipal cumpre defender, deve a requerente “J.S. Gouveia, Limitada” subscrever a sujeitar-se a um termo de responsabilidade ao abrigo do qual se obriga a proceder às alterações que,*

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

*eventualmente, o Plano de Pormenor, em fase de alteração, vierem a impor e a determinar.”*-----

--- Trata-se, a nosso ver, de uma solução que, a um tempo, permite compatibilizar o interesse público que a Autarquia deve salvaguardar e, em rigor, a melhor gestão dos dinheiros públicos, decorrente de financiamento por parte do Ministério da Economia, através do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, e o interesse privado da empresa requerente. -----

--- Por outro lado, aquele termo de responsabilidade procuraria, de modo exaustivo, definir a situação, enquadrando-a à luz do que deixamos dito.” -----

--- Deliberado por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente de cinco do corrente mês, nos termos do Decreto Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, aprovando o projecto para ampliação das instalações industriais, de acordo com condição da presente informação jurídica.-----

--- **B) AVERBAMENTOS**-----

--- De **IDALINA GERTRUDES HOMEM E OUTROS**, residentes na Rua Conde Alto Mearim, número dezasseis, freguesia de Almoster, deste Município, solicitando que o processo de loteamento actualmente em seu nome, seja averbado também em nome da sua filha por motivo de partilha.-----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, deferir a pretensão em face dos documentos apresentados.-----

--- **C) INFORMAÇÕES PRÉVIAS** -----

--- **VIABILIDADES SUSCEPTÍVEIS DE DEFERIMENTO, NAS CONDIÇÕES EXPRESSAS NOS RESPECTIVOS PARECERES TÉCNICOS**-----

--- De **MANUEL DA CONCEIÇÃO SANTOS**, residente na Rua das Paponas, número onze, na Vila e freguesia de Vale de Santarém, deste Município, solicitando informação prévia para construção de um telheiro, no local da sua residência. -----

--- A **Divisão de Gestão Urbanística**, informou o seguinte: -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

---- *“Uma vez que a pretensão se enquadra nos conceitos previstos no artigo sétimo do Decreto-Lei número cento e noventa e seis/oitenta e nove, de catorze de Junho (a Reserva Agrícola Nacional é incompatível com espaços urbanos para construção ou reconstrução), por outro lado a área total de edificação não atinge o preconizado no número dois do artigo cinquenta e três do Plano Director Municipal de Santarém (< duzentos metros). -----*

---- *Assim, poderá a pretensão ser deferida desde que o requerente apresente projecto de licenciamento da moradia incluindo o telheiro.” -----*

---- A Câmara deliberou por unanimidade, deferir a pretensão em causa, em face da informação técnica prestada. -----

---- De **MANUEL VENENO PRUDÊNCIO**, residente no lugar de Chã de Baixo, freguesia de Pernes, deste Município, solicitando informação prévia para construção de uma moradia, no lugar da sua residência. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, informou o seguinte: -----

---- *“Pretende o requerente construir uma moradia em terreno identificado com características de espaço agroflorestal, não integrado na Reserva Agrícola Nacional. -----*

---- Assim, proponho o deferimento da pretensão, devendo ser garantido o seguinte: -----

---- **Um** - *Deverá ser cumprido o disposto no artigo sétimo do Regulamento Municipal das Edificações Urbanas, aquando do licenciamento do projecto. -----*

---- **Dois** – *Deverá ser da responsabilidade do requerente a execução das infra-estruturas necessárias à utilização da habitação a construir, conforme ponto três do artigo sessenta e seis do Plano Director Municipal de Santarém; -----*

---- **Três** – *Deverá dar-se cumprimento dos aspectos referidos no número dois do mesmo artigo. -----*

---- A Câmara deliberou por unanimidade, deferir a pretensão de acordo com os pareceres técnicos prestados e condições acima referidas. -----

---- De **MARTA DEONILDE CARDANA BATISTA**, residente no lugar de Joaninho,

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

freguesia de Abitureiras, deste Município, solicitando informação prévia para construção de uma moradia no lugar da sua residência. -----

--- A **Divisão de Gestão Urbanística**, informou que a pretensão poderá ser viabilizada, uma vez que a mesma tem enquadramento nas determinações dos artigos sessenta e seis e setenta e um do Regulamento do Plano Director Municipal, devendo, no entanto, o requerente garantir as infra-estruturas necessárias à utilização da construção, conforme determina o número três do artigo sessenta e seis do mesmo Regulamento. -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, deferir a pretensão em causa, em face dos pareceres dos serviços técnicos. -----

--- **VIABILIDADE COM PARECERES TÉCNICOS DESFAVORÁVEIS E PROPOSTA DE INDEFERIMENTO** -----

--- De **SOLUEX – SOCIEDADE LUSITANENSE DE EXPANSÃO INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S.A.**, com sede no lugar de Marujo, Concelho de Alcanena, solicitando informação prévia para instalação de um conjunto comercial, no lugar de Mata Quatro, freguesia de Marvila, nesta Cidade.-----

--- O **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, emitiu um parecer com o seguinte teor:

--- *“Os elementos em apreço dizem respeito à proposta de construção de complexo comercial a levar a efeito em espaço urbano classificado como espaço verde de enquadramento.*-----

--- *Considerando que:*-----

--- **Um** – *A pretensão não tem enquadramento na filosofia de intervenção preconizada pelo Plano Municipal de Ordenamento do Território para o Concelho de Santarém, conforme redacção do artigo cinquenta e três e Quadro Anexo II (actividade incompatível com categoria do espaço) do regulamento do instrumento de planeamento referido;*-----

--- **Dois** – *A pretensão obteve parecer desfavorável do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária e Direcção Geral do Comércio e da Concorrência*

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

(vinculativos); -----

----**Três** – *A proposta inviabiliza a utilização de marco geodésico existente. (artigo vinte seis do Plano Director Municipal).* -----

----Propõe-se o indeferimento da pretensão de acordo com o artigo doze do Decreto Lei número duzentos e cinquenta/noventa e quatro, de quinze de Outubro.” -----

----A Câmara deliberou por unanimidade, indeferir a pretensão em causa em face do parecer técnico atrás transcrito. -----

----**D) LOTEAMENTOS**-----

----De **ANTÓNIO BATISTA MAURÍCIO E OUTRO**, residentes na Rua dos Charcos, número vinte e dois, Concelho de Almeirim, solicitando para o loteamento de uma propriedade licenciada pelo alvará número vinte e dois/oitenta e três, sita na Vila e freguesia de Vale de Santarém, aprovação para os seguintes pontos: -----

----**Um** – *Recepção provisória das obras de urbanização;* -----

----**Dois** – *Protocolo celebrado com esta Autarquia, referente ao projecto dos arranjos exteriores.* -----

----Quanto ao primeiro ponto a **Comissão de Vistorias**, concluiu o seguinte: -----

---- “*Após vistoriada a obra, verificou-se que poderá ser efectuada a recepção provisória das infra-estruturas condicionada ao seguinte:* -----

----**Um** – *Conclusão dos arranjos no espaço entre as ruas A, B e C nos termos da acta realizada nesta mesma data, ou noutros termos que venham a ser aprovados pela Câmara;*-----

----**Dois** – *Execução dos arranjos no espaço interior dos lotes cinquenta e seis a sessenta e sete;*-----

----**Três** – *Conclusão dos passeios e reparação dos lancis danificados.*”-----

----Em relação ao segundo ponto, foi presente um protocolo do seguinte teor:-----

----“*Na sequência da vistoria para a recepção provisória das infra-estruturas do loteamento mencionado em título constatou-se que a zona de cedência para equipamento*

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

*localizada entre as Ruas A, B e C com área de três mil e cem metros quadrados, se encontra parcialmente ajardinada. -----*

*--- Considerando a necessidade de prever a futura manutenção desse espaço reuniram-se no local os Chefes de Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida e da Divisão de Infra-estruturas e Saneamento, com o titular do loteamento, com vista a definir a necessária linha estratégica para o efeito. -----*

*--- Tendo em conta que, se por um lado essa tarefa constitui-se com responsabilidade da Câmara, por outro também é do interesse dos moradores da Urbanização, visto que o espaço envolvente exterior aos edifícios será também um factor de qualidade de vida dessa zona. -----*

*--- Propôs a Arquitecta Assunção que a responsabilidade pela rega do espaço ajardinado seja afecto a uma Comissão de moradores da urbanização, ficando a manutenção desse espaço verde a cargo da Câmara. -----*

*--- Foi também referido que deveria ser solicitada a instalação de um contador aos Serviços Municipalizados de Santarém, assumindo a Câmara os respectivos encargos do consumo de água. -----*

*--- Foi também referido que a reduzir a futura manutenção do espaço pedonal central poderia ser pavimentado com lajetas. À semelhança de casos idênticos acontecidos em outras Urbanizações ficou acordado que a Câmara forneceria os materiais para essa pavimentação, sendo incumbido o Urbanizador de proceder à aplicação desses pavimentos. -----*

*--- Tendo em consideração que esta zona é uma área de cedência para equipamentos, ficarão estes acordos sujeitos à aprovação do Executivo Municipal. -----*

*--- Mais foi solicitado ao Urbanizador que fornecesse informação rigorosa sobre o valor da área a pavimentar.” -----*

*--- A Câmara deliberou por unanimidade o seguinte: -----*

*--- Um - Receber as obras de urbanização provisoriamente, condicionada às condições*



**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

impostas pela Comissão de Vistorias;-----

----**Dois** - Aprovar o protocolo referente ao projecto dos arranjos exteriores, atrás transcrito. -----

----De **LEONEL DUQUE PISCALHO**, residente em Maputo, Moçambique, solicitando recepção definitiva das obras de urbanização referentes ao loteamento de uma propriedade licenciada pelo alvará número cinco/oitenta e oito, sita no lugar de Pão Alvo, Junqueira, freguesia de Marvila, nesta Cidade.-----

----A **Comissão de Vistorias**, concluiu que as infra-estruturas foram executadas de acordo com os projectos apresentados e aprovados. -----

----A Câmara deliberou por unanimidade, receber as obras de urbanização definitivamente, de acordo com a conclusão da Comissão de Vistorias, cancelando-se as respectivas garantias existentes. -----

----**E) DECLARAÇÕES** -----

----De **MANUEL DOS SANTOS MARTINS**, residente na Vila e freguesia de Amiais de Baixo, solicitando declaração de interesse municipal para instalação de um estabelecimento industrial de caixilharia de alumínio, no lugar de Azenha, freguesia de Abrã, deste Município.-----

----Pelo **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, foi emitido um parecer do seguinte teor: -----

---- *“Pretende o requerente instalar uma unidade industrial classe C em local integrado na Reserva Agrícola Nacional, necessitando do reconhecimento do interesse público concelhio para obtenção da desafecção.*-----

---- *Considerando que:* -----

----**Um** – *O local de implantação requerido quando da obtenção da certidão de localização da actividade industrial emitida pela Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo não permitirá o licenciamento de construção do tipo industrial uma vez que colide com a Lei número dois mil cento e dez/ sessenta e um (distância*

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

*mínima de cinquenta metros ao eixo da Estrada Municipal).* -----

--- **Dois** – *A nova localização da construção implica a obtenção de nova certidão junto da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, agora dificultada pelo facto de o novo local encontrar-se na Reserva Agrícola Nacional.* -----

--- **Três** – *Assim, considerando que a localização de unidade industrial classe C justifica-se para locais fora de áreas urbanas e uma vez que a pretensão tem enquadramento no determinado no número dois do artigo sessenta seis (área coberta máxima quatrocentos e quarenta e três metros quadrados) julga-se não haver inconveniente na concessão do requerido, possibilitando-se a desafectação da área de quatrocentos e quarenta e três metros quadrados.*” -----

--- A Câmara deliberou por maioria, com uma abstenção do senhor Vereador Vicente Batalha, declarar de interesse municipal a instalação de um estabelecimento industrial de caixilharia de alumínio, no lugar de Azenha, freguesia de Abrã, em face do parecer atrás transcrito. -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar em minuta toda a parte da acta referente a LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES, a fim de produzir efeitos imediatos. -----

----- **OUTRAS DELIBERAÇÕES** -----

--- **IMÓVEL SITO NA RUA TEIXEIRA GUEDES, NÚMERO DOIS, EM SANTARÉM – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA** – Foi presente um ofício do Instituto Português do Património Arquitectónico comunicando que o proprietário da fracção designada pela letra “A”, corresponde ao rés-do-chão do imóvel sito na Rua Dr. Teixeira Guedes, número dois, freguesia de São Nicolau, nesta cidade, pretende efectuar a sua alienação e solicitando que a Câmara informe se considera justificar-se o uso do direito de preferência ao abrigo do disposto no artigo dezassete da Lei número treze/oitenta e cinco, de seis de Julho. -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

----Na sequência deste ofício o **Chefe da Divisão dos Núcleos Históricos** prestou a informação número cem, de trinta e um de Março último, da seguinte teor: -----

----“No cumprimento do despacho do Exmo. senhor Presidente para verificação do exercício do direito de preferência ao abrigo do disposto no artigo dezassete da Lei número treze/oitenta e cinco, de seis de Julho, sobre a fracção designada pela letra “A”, correspondente ao rés-do-chão de edifício situado na Rua Dr. Teixeira Guedes, julga-se que este rés-do-chão pela sua localização numa das ruas mais importantes da cidade, por funcionar como espaço de atendimento ao público – agência de entidade bancária – e pela sua modernidade poderá ser encarado para exercício desse direito de preferência, visto que permitiria que aí viessem a funcionar um Departamento da Câmara, ligado ao atendimento ao público, ou mesmo como mais um espaço dentro da cidade para melhor servir o município em áreas diversificadas do centro histórico, tal como foi referido pelo senhor Robert Young – especialista do ICOMOS - Internacional Council on Monuments and Sites – que apreciou a candidatura de Santarém a Património Mundial”.-----

---- O **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente** emitiu o seguinte parecer: -----

----“Julgo que a Câmara poderia exercer o direito de preferência, conforme sugerido pelo Chefe de Divisão, dada a localização da fracção. -----

---- Todavia, não seria de excluir outros imóveis de interesse, pelo que deveria ser feita uma avaliação global dos que podem interessar à Câmara Municipal” -----

---- Em face da informação e parecer atrás transcritos foi remetido ao Instituto Português do Património Arquitectónico o ofício número duzentos e cinquenta e um mil seiscentos e setenta e sete, de cinco do corrente mês subscrito pelo senhor Presidente, do seguinte teor: -----

“Em resposta ao ofício em epígrafe, informo Vossa Excelência, que esta Autarquia pretende usufruir do uso do direito de preferência, conforme estatuído na legislação vigente, devendo ultimar-se todos os procedimentos para cumprimento dos prazos

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

previstos, nomeadamente no número um do artigo setenta e um e seguintes do Código do Procedimento Administrativo”.

--- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, ratificar o teor do ofício número duzentos e cinquenta e um mil seiscientos e setenta e sete, de cinco do corrente mês, acrescentando, todavia, que a Câmara Municipal de Santarém só exercerá o direito de preferência, no caso do contrato de arrendamento a celebrar com o Banco Nacional Ultramarino não exceder a duração de um ano.

--- **UNIÃO DESPORTIVA DE SANTARÉM – PEDIDO DE ADIANTAMENTO DE SUBSÍDIO NO ÂMBITO DO CONTRATO PROGRAMA – RATIFICAÇÃO** –

Foi presente um ofício do Clube em epígrafe, solicitando o adiamento do subsídio total que lhe foi atribuído na actual época desportiva.

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho de trinta e um do mês findo, exarado pelo Senhor Presidente, deferindo o pedido.

--- **ASSOCIAÇÃO FESTIVAL NACIONAL DE GASTRONOMIA – NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE DA CÂMARA NO CONSELHO FISCAL** –

De harmonia com o deliberado na última reunião do Executivo Municipal, foi de novo presente o processo em epígrafe, tendo o senhor Presidente iniciado a sua apreciação reiterando a sua proposta de indicar o Secretário da Presidência, senhor Luís Paradiz, para exercer as funções de Presidente do Conselho Fiscal da Associação Festival Nacional de Gastronomia, como representante do Município.

--- Sobre o assunto verificaram-se as seguintes intervenções:

--- Senhor **Vereador Fé de Pinho** – Começou por aludir à carta da Associação Festival Nacional de Gastronomia, considerando-a dúbia e a carecer de esclarecimentos. A seguir teceu diversos comentários a propósito das intervenções do senhor Presidente na última reunião, lendo, depois, o seguinte documento:

--- “Surpreendido com a notícia da proposta da minha substituição como Presidente do Conselho Fiscal do Festival Nacional de Gastronomia de Santarém entendo dever

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

expressar em reunião de Câmara o esclarecimento seguinte: -----

----I – OS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NA ASSOCIAÇÃO -----

----Um – Em quatro de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito e em reunião de Câmara fui proposto para vir a integrar o Conselho Fiscal da Associação.-----

----Dois – Dispõe o artigo quinto dos Estatutos que os órgãos daquela Associação são **“eleitos em Assembleia Geral para o efeito convocada”**. -----

----Três – Foi **outorgante daqueles estatutos** o senhor José Miguel Noras, Presidente da Câmara Municipal de Santarém, que também é Presidente da Mesa da Assembleia Geral daquela Associação. -----

----Quatro – A Assembleia Geral reuniu sobre a presidência do referido senhor em dezanove de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito e **ao Presidente da Mesa da Assembleia cabia dar cumprimento ao já referido artigo quinto dos Estatutos que conhece**.-----

----Cinco – Naquela reunião de dezanove de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito foi afirmado que os nomeados pela Câmara, onde se inclui o declarante e pela Região de Turismo “ainda não assumiram as respectivas funções” o que se tem por óbvio, dado o regime estatutário. -----

----Seis – **Teria sido adequado dar cumprimento** ao disposto a artigo quinto dos Estatutos **elegendo os novos corpos sociais**, sendo que a única especialidade de eleição seria a restrição dos elegendo aos previamente indicados pela Câmara e Região de Turismo.-----

----Sete – Curiosamente, e sob a presidência do já referido senhor José Miguel Noras, a Assembleia Geral não efectuou as eleições dos corpos sociais, preenchendo os mesmos por referência a **“substituições”** sob a designação de **“deixam os órgãos sociais”** e **“entram para os órgãos sociais”**. -----

----Oito – Estranha-se tal metodologia quando todos os intervenientes sabem, ou deviam saber, que o **processo eleitoral estatutariamente** consagrada não pode ser substituído

ACTA Nº. 15/00  
Reunião de 8 de Junho de 2000

pela conjugação dos verbos “deixar” e “entrar” para os órgãos sociais. -----

--- II - AS CONTAS APROVADAS -----

--- Nove – **Desde quatro de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito e até à presente data não fui convocado para nenhuma reunião da Associação. Não me foram presentes contas. Não recebi expediente dirigido ao Presidente do Conselho Fiscal.** -----

--- Dez – Até Março de mil novecentos e noventa e nove desempenhei funções de Vereador, suspendendo o mandato por razões conhecidas no período de nove meses, retomando o exercício após a suspensão.-----

--- Onze – **Nunca no período de quatro de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito até à presente data estive em paradeiro inserto ou mantive residência duvidosa.**

--- Doze – Na reunião de dezanove de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito, em atraso no que se refere à aprovação de contas, foi aprovada por unanimidade Relatório de Contas, havendo menção a Conselho Fiscal cujo teor é tudo menos claro.-----

--- Treze – Ou seja, da acta da Assembleia Geral não resulta claro se o relatório referente àquelas contas existe, qual o sentido do parecer, qual a composição do Conselho Fiscal. -

--- Catorze – Em período de exercício de mandato como Vereador ou durante a suspensão do mesmo, nunca fui contactado para receber documentos ou dar parecer. -----

--- Quinze – Pelo que se tem por ininteligível o teor do ofício de vinte e seis de Abril de dois mil do Festival de Gastronomia. -----

--- Dezassex – Sendo o signatário daquele ofício **bem sabe que o declarante não foi eleito e que as contas não lhe foram apresentadas.**-----

--- Dezassete – É que em cinco de Agosto de mil novecentos e noventa e nove, muito depois da Assembleia estatutária (até quinze de Janeiro de mil novecentos e noventa e nove), sob a Presidência do senhor Presidente da Câmara e com a presença do senhor Dr. Carlos Abreu, reuniu a Assembleia Geral da Associação. -----

--- Dezoito – Naquela data foram aprovadas as contas do exercício de mil novecentos e

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

noventa e oito, com suposto parecer do Conselho Fiscal. -----

----Dezanove – Acontece, como sobredito, que as contas não me foram presentes, nem os membros do Conselho Fiscal, declarante incluído, foram eleitos para o desempenho de funções. -----

----Vinte – **Desconhece o declarante qual o Conselho Fiscal que terá dado o suposto parecer, data de eleição dos seus membros e composição.** -----

----III - O OFÍCIO DE VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL DIRIGIDO A PRESIDENTE DA CÂMARA-----

----Vinte e um – O ofício de vinte e seis de Abril de dois mil do senhor Presidente do Festival de Gastronomia, remete o que deveria ter remetido antes de quinze de Janeiro de dois mil. -----

----Vinte e dois – Envia aquelas contas ao Presidente da Câmara que as tem retido em sua posse. -----

----Vinte e três – A retenção daqueles documentos desde vinte e seis de Abril de dois mil foi utilizada pelo Presidente da Câmara como pretexto para suscitar a substituição de quem sabe que não foi eleito e motivo para um conjunto de afirmações infundadas que mais não constituem que ataque pessoal à pessoa do declarante. -----

----Vinte e quatro – Só assim se compreende as palavras do senhor Presidente da Câmara na reunião de vinte e quatro de Maio de dois mil cuja transcrição, com a fidelidade possível, vai anexa à presente. -----

----Vinte e cinco – O conteúdo daquele ofício carece ser esclarecido a instâncias da Câmara Municipal de Santarém, apresentando-se com rigor quais os incumprimentos que ao declarante são imputados. -----

----CONSIDERANDO-----

----a) O Festival Nacional de Gastronomia de Santarém é um evento importante para a cidade;-----

----b) A participação da Câmara Municipal na Associação que gere aquele Festival

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

tem que ser feita de forma responsável e credível;-----

--- c) Os representantes da Câmara Municipal que integram os corpos sociais, correspondem ao superior interesse da Câmara Municipal de Santarém em acompanhar a Associação;-----

--- d) Os representantes da Câmara Municipal de Santarém, nomeadamente o declarante, apenas podem intervir nos órgãos sociais quando estatutariamente eleitos;-----

--- e) O cumprimento das disposições estatutárias cabe ao senhor José Miguel Noras, na dupla qualidade de Presidente da Câmara e de Presidente da Assembleia;-----

--- f) A Assembleia Geral de dezanove de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito não efectuou, como lhe competia, a eleição dos órgãos estatutários e proceder à aprovação das contas com base em parecer do Conselho Fiscal que parece insuficiente e incompleto;-----

--- g) A Assembleia Geral de cinco de Agosto de mil novecentos e noventa e nove procede à aprovação de contas com base em parecer do Conselho Fiscal, cuja existência e eleição o declarante desconhece;-----

--- h) Sendo que na mesma Assembleia Geral e por um dos elementos intervenientes consta pedido de esclarecimento sobre "...a aplicação dos vinte e dois milhões oitocentos e oitenta e cinco mil duzentos e quarenta e três escudos, referente a obras";-----

--- i) As regras de transparência devem ser assumidas pela Câmara Municipal de Santarém estendendo-se que tais princípios se estendem à Associação em que comparticipa.-----

--- VEM REQUERER-----

--- Um – Que ao senhor Presidente do Festival Nacional de Gastronomia seja solicitada informação esclarecedora acerca do teor do seu ofício de vinte e seis de Abril de dois mil.-----

--- Dois – Que o senhor Presidente da Câmara, por escrito e na qualidade de Presidente da Assembleia Geral, preste informação acerca dos actos de eleição dos corpos sociais. --



**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

----Três – Que os documentos relativos às contas do exercício de mil novecentos e noventa e nove, na posse do senhor Presidente da Câmara, sejam remetidas a entidade independente de auditoria para peritagem.”-----

----A concluir, afirmou que o senhor Presidente José Miguel Noras, Presidente da Assembleia Geral da Associação Festival Nacional de Gastronomia não foi eleito, nem os corpos sociais daquela Associação, nem ele próprio, uma vez que não se cumpriu o disposto nos Estatutos. Como tal não se considera Presidente do Conselho Fiscal daquela Associação.-----

----Senhor **Vereador Hermínio Martinho** – Questionou o senhor Vereador Fé de Pinho sobre se na ordem de trabalhos da Assembleia Geral daquela Associação, convocada para dezanove de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito, constava algum ponto sobre a eleição de órgãos sociais.-----

----Senhor **Vereador Fé de Pinho** – Disse não dispor das ordens de trabalho. Teve, no entanto, acesso às actas da Assembleia Geral e, em sua opinião, o que se passa, é que há um vazio por culpa daquela Assembleia Geral que não elegeu os órgãos sociais. Não existe Conselho Fiscal, os elementos indicados pela Câmara não foram eleitos e, portanto, não fazem parte do Conselho Fiscal, afirmou.-----

----Senhor **Vereador Botas Castanho** – Colocou algumas questões ao senhor Vereador Fé de Pinho, designadamente se esteve presente na reunião da Assembleia Geral, uma vez que é impensável que, tendo sido indicado pelo Executivo Camarário, não estivesse naquela reunião e não conhecesse a respectiva ordem de trabalhos.-----

----Perguntou também, se, estando presente, contestou a forma de eleição dos órgãos sociais daquela Associação.-----

----Por último, e independentemente das situações anteriores, perguntou, ao senhor Vereador Fé de Pinho porque é que não se reconhece a si próprio como Presidente do Conselho Fiscal e reconhece o senhor Presidente como Presidente da Assembleia Geral, quando foram eleitos na mesma sessão da Assembleia.-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- Senhor **Vereador Fé de Pinho** – Disse não ter recebido qualquer convocatória para aquela Assembleia pelo que, como é óbvio, não esteve presente, nem contestou a forma de eleição porque não teve conhecimento. Só agora, ao ver o assunto na reunião de Câmara, teve conhecimento do mesmo porque, antes, nunca havia sido contactado. -----

--- Senhor **Vereador Hermínio Martinho** – Sublinhou o facto do senhor Vereador Fé de Pinho, tendo sido nomeado, por escrutínio secreto, na reunião camarária de quatro de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito, representante da Câmara no Conselho Fiscal daquela Associação, ter deixado passar dois anos até levantar estas questões bastante insólitas e da maior complexidade. -----

--- Insistiu na questão que já havia colocado, no sentido de saber se na ordem de trabalhos consta ou não o ponto relacionado com a eleição. -----

--- Senhor **Vereador Fé de Pinho** – Referiu que na acta número um/noventa e oito da Assembleia Geral da Associação, de dezanove de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito, consta como ponto um “Constituição dos órgãos sociais”, pelo que, em seu entender, não há eleição de órgãos sociais. O Estatuto é peremptório, referindo “eleição dos órgãos sociais” e a Assembleia Geral sob a presidência do senhor José Miguel Noras não procedeu a esta eleição. -----

--- “Eu não sou nem nunca fui Presidente do Conselho Fiscal porque não fui eleito, apesar da Câmara Municipal me ter designado para o cargo” – afirmou. -----

--- Em face desta informação o senhor Vereador Hermínio Martinho concluiu que afinal há um ponto que fala em constituição dos órgãos sociais. -----

--- Senhora **Vereadora Maria da Graça Morgadinho** – Reiterou as questões colocadas pelo senhor Vereador Botas Castanho ao senhor Vereador Fé de Pinho. Reiterou também as palavras do senhor Vereador Hermínio Martinho uma vez que o senhor Vereador Fé de Pinho quando foi nomeado para fazer parte daqueles órgãos não contestou a sua eleição pelas razões que agora apresenta. -----

--- Por outro lado, deixou passar dois anos sem nunca confrontar o senhor Presidente

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

com esta situação que parece ser lesiva dos interesses que parece defender.-----

----Aludiu a seguir ao facto do senhor Vereador Fé de Pinho ter referido nunca ter sido contactado pela Direcção da Associação para reunir o Conselho Fiscal, o que não lhe parece ser verdade pois conhece o Dr. Carlos Abreu há muitos anos e em várias reuniões da Direcção da Associação, onde participou foi indicada pela Câmara e trabalhou, considera que foi eleita e empossada no cargo e tem procurado cumprir o que lhe foi pedido – várias vezes ouviu referir que, contactado o senhor Vereador, o mesmo nunca convocou o Conselho Fiscal, como lhe foi solicitado.-----

----Disse não lhe parecer um procedimento correcto invocar erros de outros para justificar os próprios erros e se o senhor Vereador considera que os outros não procederam correctamente, deve demonstrar que procedeu correctamente designadamente, convocando o órgão para o qual foi eleito.-----

----O senhor **Vereador Fé de Pinho** voltou a afirmar não ter recebido qualquer convocatória, qualquer Relatório e Contas, qualquer documento.-----

----Os órgãos sociais não foram eleitos, portanto, não há legitimidade para integrar esses órgãos. Disse não ter reunido porque não foi eleito e, como tal, não assumiu função e não pertence ao Conselho Fiscal.-----

----Disse considerar a situação de legalidade duvidosa e, como é óbvio, não participou na mesma nem é sua intenção participar.-----

----Interveio novamente a senhora **Vereadora Maria da Graça Morgadinho** afirmando que considera que foi eleita e trabalhou! Se o senhor Vereador considera insólita a situação – prosseguiu – pouca clara e duvida da sua legalidade e da forma da eleição deveria ter pedido esclarecimentos na altura e não apenas agora quando se vê na eminência de ser destituído desse cargo.-----

----Em seu entender, o senhor Vereador Fé de Pinho criou o vazio que agora aponta como responsabilidade de outrem.-----

----Senhor **Vereador Vicente Batalha** – Recordou que, na última reunião, foi aprovada

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

a proposta de retirada do assunto para que o mesmo pudesse ser discutido com a presença do senhor Vereador Fé de Pinho. -----

--- Disse ser fundamental a clarificação das questões no seio deste órgão porque o senhor Vereador foi eleito para aquele cargo pela Câmara Municipal. -----

--- Disse ter algumas dúvidas relativamente à exposição feita pelo senhor Vereador Fé de Pinho, colocando-lhe as seguintes questões:-----

--- “O senhor Vereador Fé de Pinho recusou exercer as funções porque não se considera Presidente do Conselho Fiscal? Gostaria que me confirmasse se é esta a sua interpretação. -----

--- Ao invocar que os elementos não lhe chegaram à posse porque foram retidos pelo senhor Presidente, recebia-os ou não os recebia e se recebia em que qualidade os recebia?” -----

--- **Senhor Presidente** – Disse não validar o que o senhor Vereador Fé de Pinho menciona relativamente à eficácia jurídica da eleição porque, caso contrário, isso significaria ausência de respeito por personalidades como o Dr. Rui Paulo Calarrão, a Dra. Rosalina Melro, o senhor Bertino Coelho Martins, o Dr. Armindo Pinhão, a Dra. Graça Morgadinho ele próprio e outros que foram eleitos na Assembleia Geral no dia dezanove de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito, no salão de reuniões do Departamento de Obras Municipais. -----

--- Por outro lado, citando como exemplo o CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, referiu que não faria qualquer sentido, seria muito estranho e até do domínio do irrealismo, que, tendo sido escolhido pela Câmara para a representar, não se incomodasse a comparecer na reunião para saber se tinha sido eleito ou não na Assembleia Geral. -----

--- Manifestou o seu desagrado face às afirmações do senhor Vereador Fé de Pinho de que tudo o que diz é falso. O ofício da Associação Festival Nacional de Gastronomia foi emitido em vinte e sete de Abril de mil novecentos e noventa e nove e, apesar do senhor

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

Vereador Fé de Pinho, naquela data, não estar no exercício de funções de Vereador, neste Hemiciclo ninguém lhe retirou as funções de representatividade e a Assembleia Geral também não o fez substituir. -----

----Estranhou a afirmação do senhor Vereador Fé de Pinho quando diz que na acta consta o ponto “constituição dos órgãos”, não tendo havido eleição.-----

----É evidente que a constituição dos órgãos pressupõe que houve uma vontade deliberativa, houve votações. Aliás, com certeza que pessoas tão credenciadas como as que se encontravam na Assembleia Geral, como que há pouco referiu, chamariam a atenção do Presidente para qualquer afastamento relativamente aos estatutos. -----

----Por outro lado, prosseguiu, o que pretendia provar era que o senhor Vereador Fé de Pinho não tinha feito nada enquanto Presidente do Conselho Fiscal da Associação. E o senhor Vereador Fé de Pinho disse precisamente isso: que não fez nada. Enquanto os outros trabalharam o senhor Vereador veio dizer, passados dois anos, que não era Presidente do Conselho Fiscal.-----

----O Relatório e Contas foram-lhe presentes, através de um ofício da Associação datado de vinte e sete de Abril de mil novecentos e noventa e nove e, estranhamente, o senhor Vereador não se pronunciou, não convocou o Conselho Fiscal e isto prova-o o parecer daquele conselho, assinado apenas pelos outros dois elementos eleitos. O senhor Vereador Fé de Pinho não convocou o Conselho Fiscal, não subscreveu o parecer, mas quis saber das contas de mil novecentos e noventa e oito para nada.-----

----Prosseguiu referindo que o senhor Vereador Fé de Pinho considera-o Presidente da Assembleia Geral, eleito na mesma altura, mas ele não se considera e ainda vem dizer que retém as contas porque não quer que as veja, o que é falso. -----

----No dia dezoito de Maio do corrente ano as contas foram-lhe entregues e, nesse dia, despachou no sentido das mesmas serem presentes na reunião de Câmara, uma vez que considerou o assunto grave face às afirmações contidas no ofício. -----

----Em seu entender o senhor Vereador Fé de Pinho não merece representar o Executivo

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

Municipal no Festival Nacional de Gastronomia porque não fez nada como, aliás, o próprio diz, com a desculpa de que não foi eleito. Assim, o senhor Vereador deve ser substituído, indicando a Câmara uma personalidade diferente para que, depois, na Assembleia Geral essa pessoa seja integrada ou não, mediante votação. -----

--- Voltou a insistir no sentido de que o facto de constar na acta “constituição dos órgãos sociais” só poderia ser resultado de uma votação. -----

--- Manifestou o mais vivo repúdio e a maior indignação pelas afirmações do senhor Vereador quando diz que não estão constituídos os órgãos porque se não o fizesse estaria a desrespeitar apreciações jurídicas, as individualidades que integram a Associação e a própria Associação Festival Nacional de Gastronomia. -----

--- “O senhor Vereador Fé de Pinho tem inteligência – prosseguiu – para dizer que eu sou Presidente da Assembleia Geral do Festival Nacional de Gastronomia, eleito em dezanove de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito, para me atribuir responsabilidades, e eu assumo-as, e o senhor Vereador não as assume porque diz que não foi eleito em dezanove de Fevereiro.” -----

--- Colocou a seguir algumas questões ao senhor Vereador Fé de Pinho, nomeadamente:

--- “Porque é que o senhor Vereador esteve dois anos sem explicar as razões pelas quais não convocou em nenhuma oportunidade o Conselho Fiscal, tendo para o facto sido solicitado pelo Presidente da Direcção? É ou não verdade que em múltiplas oportunidades, segundo o Presidente da Direcção, o senhor Vereador assumiu-se como Presidente do Conselho Fiscal, nomeadamente para dizer que não convocava o Conselho Fiscal, por razões que não estão explicitadas? Razões que, de acordo com o Presidente da Direcção o ultrapassam. Eu quero saber quais são essas razões que o senhor invocou para não convocar em mil novecentos e noventa e nove o Conselho Fiscal? -----

--- Prosseguiu, afirmando que não se pode estar a verificar uma ausência de responsabilidade no cumprimento de uma deliberação da Câmara porque, vem-se agora a descobrir, passados dois anos não houve uma eleição, e deixar de tomar uma posição. ----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

----Disse demarcar-se por completo, haja ou não haja uma votação, da posição de ser o senhor Vereador Fé de Pinho Presidente, ou não, do Conselho Fiscal da Associação Festival Nacional de Gastronomia. “Não tem qualquer apoio da minha parte, a falta de solidariedade é completa do ponto de vista pessoal, político e institucional”, afirmou. ----

----Propôs que se esclareça o aspecto jurídico mas avançou com uma proposta segundo a qual deve ser indicada uma personalidade diferente da individualidade em questão para as funções de Presidente do Conselho Fiscal, pois não corroborará, não estará solidário e afasta-se por completo, demarcando-se de forma inequívoca do ponto de vista institucional desta personalidade junto do Festival Nacional de Gastronomia. -----

----A concluir disse não ter precisado de muito para provar que o senhor Vereador Fé de Pinho nada fez como Presidente do Conselho Fiscal do Festival Nacional de Gastronomia, pois ele próprio o veio dizer – “nada fez porque não quis, não soube ou não estava convenientemente esclarecido. Se uma pessoa leva dois anos para ser esclarecida sobre umas funções não as pode exercer pura e simplesmente. Não é capaz ou não soube.” -----

----Senhora **Vereadora Dunia Palma** – Manifestou a sua concordância com a intervenção do senhor Presidente, designadamente, no que se refere à argumentação fora de prazo emitida pelo senhor Vereador Fé de Pinho. -----

----Recordou a forma como se procedeu à indicação, na Câmara, dos respectivos representantes e aludiu ao consenso existente entre as duas entidades relativamente à formação dos órgãos sociais. -----

----O senhor **Vereador Fé de Pinho** voltou a insistir no sentido de que os órgãos sociais da Associação Festival de Gastronomia são eleitos. A eleição é um imperativo estatutário. O Presidente da Assembleia Geral não deu cumprimento aos estatutos, donde inviabilizou a eleição de membros e, portanto, a existência desses membros. -----

----Estranhou que o senhor Presidente proponha a sua substituição quando sabe que, estatutariamente, o Presidente do Conselho Fiscal não pode ser substituído sem se

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

demitir ou sem que seja demitido nos termos estatutários.-----

--- Afirmou nunca ter sido convocado, nunca ter recebido relatórios para emitir pareceres nem ter recebido qualquer ofício. -----

--- **Senhor Presidente** – Frisou que o senhor Vereador Fé de Pinho, de acordo com documentos arquivados na Associação Festival Nacional de Gastronomia, foi recebedor de pedidos de convocação do Conselho Fiscal. -----

--- Na oportunidade, de acordo com a Direcção daquela Associação, terá dito que não convocava por razões que ultrapassavam aquela Direcção. -----

--- Prosseguiu aludindo ao facto do senhor Vereador dizer que as suas afirmações são falsas, no entanto, a única coisa que prova é que não exerceu qualquer função e que desconhece completamente as regras de funcionamento daquele órgão. -----

--- Sublinhou que o que a Câmara fez em quatro de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito foi uma indicação, mas uma indicação revestida de um simbolismo democrático que passou por um escrutínio secreto e isso tem muito valor. -----

--- Salientou algumas contradições totais do senhor Vereador Fé de Pinho: considera o Presidente da Câmara o Presidente da Assembleia Geral, apesar de ter sido investido no cargo no mesmo dia. -----

--- Refere que o Presidente da Câmara reteve as contas e não lhe as dirigiu. Então se não era Presidente do Conselho Fiscal porque é que eu lhe ia dirigir as contas? Questionou. --

--- Por outro lado, era obrigação do senhor Vereador saber que, a tratar-se de um vício de forma, há prazos próprios, de acordo com a Lei, na ordem jurídica interna, para essas contestações, sob pena dessa eventual anulabilidade, que não existe porque a acta traduz a constituição dos órgãos, ser superada e sanada pelo tempo. Não é ao fim de dois anos que o senhor Vereador vem dizer que não fez nada e não fez nada porque não está investido e, ao mesmo tempo, diz que os documentos não lhe foram dirigidos e deviam ser. -----

--- Prosseguiu, referindo não ter dirigido o documento ao senhor Vereador porque não o



**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

considera pessoa que reúna condições para ser, neste momento, Presidente do Conselho Fiscal. “Não é por falta de competência própria – continuou – é porque o senhor se recusou, tendo recebido documentos oriundos da Direcção da Associação, a emitir pareceres e foram os outros dois elementos do Conselho Fiscal que tiveram que fazer trabalho por si.” -----

---- Sugeriu a seguir ao senhor Vereador Fé de Pinho que se demita daquele cargo se tiver dimensão para isso, ou então pode esta Câmara indicar uma pessoa que o venha a substituir e que queira trabalhar. -----

---- Disse querer saber se a Câmara está disponível para manter uma personalidade desta natureza no cargo e, se for o caso, demarcar-se-á completamente dessa posição, porque o senhor Vereador Fé de Pinho foi votado pela Câmara unanimemente para aquelas funções e, hoje, não as tendo cumprido, não merece a sua confiança e solidariedade políticas. -----

---- Senhor **Vereador Hermínio Martinho** – Salientou o facto do senhor Presidente ter afirmado que houve uma eleição em dezanove de Fevereiro de noventa e oito, tendo citado diversas individualidades que respeita e que foram eleitas na mesma altura. -----

---- Por outro lado, o senhor Vereador Fé de Pinho diz que não houve eleição em dezanove de Fevereiro. -----

---- Perante esta situação o senhor Vereador Hermínio Martinho perguntou ao senhor Vereador Fé de Pinho se, depois de ter sido indicado pelo Executivo Municipal para aquelas funções em quatro de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito, havia estado presente na Assembleia Geral realizada em dezanove de Fevereiro, tendo o **senhor Vereador Fé de Pinho** informado que não esteve presente e que desconhecia a sua realização. -----

---- Senhor **Vereador António Oliveira** – Referiu que algumas dúvidas que tinha inicialmente, se foram dissipando mas outras permanecem, designadamente, as de carácter jurídico e institucional. Não compreende também, porque é que o senhor

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

Vereador Fé de Pinho, ao fim de dois anos, coloca esta questão.-----

---Dado não ter certezas sobre este processo face às questões de carácter jurídico levantadas a propósito do cumprimento dos estatutos e atendendo a que todo o Executivo, no dia quatro de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito, participou numa votação indicando o senhor Vereador Fé de Pinho para representante da Autarquia no Conselho Fiscal daquela Associação, foi de opinião, que a sua decisão seria mais fundamentada se dispusesse de um conjunto de elementos escritos e de um parecer jurídico.-----

---Disse ter muita dificuldade, sem analisar com profundidade todo o processo, em participar hoje numa votação de alteração ao deliberado na reunião de quatro de Fevereiro de noventa e oito.-----

---**Senhor Presidente** – Na sequência desta intervenção, referiu que, admitindo a hipótese de haver qualquer irregularidade de forma, qualquer vício de fidelidade narrativa da acta, trata-se de matéria que tem a ver com juristas.-----

---Disse só haver uma hipótese de gerar consenso para adiar o tema: é que a Câmara assumira o direito do Presidente do Município se demarcar total e inequivocamente do cargo que está a ser exercido de direito, face à eleição que se verificou em dezanove de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito, pelo senhor Vereador Fé de Pinho.-----

---Disse aceitar adiar o assunto mas ficando bastante claro que não está minimamente solidário com uma personalidade que vem dizer, ao fim de dois anos, que não fez nada porque não foi eleito.-----

---Senhora **Vereadora Maria da Graça Morgadinho** – Disse considerar-se apta a votar este assunto porque, em seu entender, adiar não é resolver.-----

---Indicou, a seguir, cinco razões fundamentais para que se decida pela substituição do senhor Vereador Fé de Pinho:-----

---Uma – “O senhor Vereador diz que não se pode ser substituído no cargo por vontade própria. O senhor Vereador – é a primeira razão que indico – é substituído por ausência

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

de vontade própria. -----

----Duas – Por ignorância relativamente ao órgão para que foi eleito. Não sabe das convocatórias, não viu, não sabe quando é que devia convocar o Conselho Fiscal, nada fez durante dois anos. -----

----Três – Por incumprimento das funções para as quais foi eleito por este Executivo por escrutínio secreto.-----

----Quatro – Por falta de respeito por este Executivo, pois deixou passar dois anos sem vir aqui colocar o problema jurídico ou processual que o preocupava. -----

----Cinco – Porque hoje ficou claro que há uma demarcação inequívoca do Presidente da Câmara e também, Presidente da Assembleia Geral do Festival. -----

----Ficou bem explícito que se demarca do senhor Vereador e de todas as posições que o mesmo possa assumir a nível do Conselho Fiscal.”-----

----**Senhor Vereador Fé de Pinho** – A propósito da intervenção do senhor Presidente referiu terem sido feitas várias acusações que são insólitas. -----

----Disse ter sido indicado com outros membros para os órgãos do Festival Nacional de Gastronomia, designadamente, para Presidente do Conselho Fiscal. A actividade do Conselho Fiscal é de dar parecer sobre o Relatório e Contas e estes documentos não lhe foram apresentados nem lhe foi pedido qualquer parecer, donde não podia realizar algo sem ter objecto, ou seja sem ter o Relatório. Não foi convocado, não lhe chegou qualquer Relatório e Contas, pelo que não se podia ter recusado a dar parecer. Assim, considerou graves e infundadas as afirmações se se recusasse a realizar algumas das actividades em termos do Conselho Fiscal do Festival Nacional de Gastronomia tê-lo-ia feito por escrito.

----A propósito do ofício dirigido ao Presidente do Conselho Fiscal, remetendo o Relatório e Contas para análise, estranhou que o mesmo não tenha endereço pois não tem paradeiro incerto. -----

----Nunca cumpriu as funções de Presidente do Conselho Fiscal porque nunca foi solicitado para o efeito, pelo que as acusações que lhe são imputadas de que nunca

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

trabalhou são falsas.-----

--- A finalizar disse que o senhor Presidente é que se devia demitir pois não procedeu à eleição dos corpos sociais da Associação. -----

--- **Senhor Presidente** – Em face da intervenção do senhor Vereador Fé de Pinho disse não se demitir daquele cargo porque o exerceu cabal e competentemente, à semelhança de todos os outros e se há alguém que não assumiu responsabilidades como Presidente do Conselho Fiscal foi o senhor Vereador Fé de Pinho. Considerou inconcebível e irresponsável que alguém naquelas funções, não saiba que como Presidente do Conselho Fiscal tem que convocar o Conselho Fiscal e não aguardar que lhe peçam para o fazer.---

--- **Senhor Vereador Botas Castanho** – Considerou que é essencial da questão tem a ver com o ofício do Presidente da Direcção da Associação Festival Nacional de Gastronomia que diz claramente que o Presidente do Conselho Fiscal “no ano transacto, informou-nos já fora do prazo que não tinha que reunir o Conselho Fiscal alegando razões que nos ultrapassam”. Se alguma coisa neste ofício não é verdadeira, é um problema com que o senhor Presidente da Direcção da Associação tem que ser confrontado. -----

--- É, no entanto, insólito que tendo o Executivo indicado o senhor Vereador Fé de Pinho para aquelas funções e tendo o mesmo sido eleito em Assembleia Geral, não tenha ele próprio tomado a iniciativa de convocar o Conselho Fiscal, deixando passar dois anos.---

--- Partindo do princípio que o senhor Vereador não tenha recebido qualquer documento, é estranho que durante dois anos não tenha colocado essa dúvida, não tenha questionado a Direcção do Festival, não tenha tomado a iniciativa de resolver a situação. -----

--- A este propósito deu como exemplo o facto de ser Presidente de Conselho Fiscal do Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas e ter estado sempre presente nas reuniões e nas Assembleias Gerais, por uma questão de consideração não só pelo Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas mas, fundamentalmente, assumindo as responsabilidades que o Executivo Municipal lhe delegou. -----

--- Foi a posição expendida no ofício do Festival Nacional de Gastronomia que levou o

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

Executivo a esta situação e à necessidade de ter de passar a ser representado de forma condigna, assídua e zelosa. -----

----Estranhou que o senhor Vereador Fé de Pinho só agora venha contestar a forma da eleição. Agora o que se deve fazer é indicar outro membro para representar a Câmara Municipal para, depois, em futura Assembleia Geral, o mesmo ser eleito para o cargo de Presidente do Conselho Fiscal.-----

----A concluir, considerou que este problema é, fundamentalmente político, independentemente de quaisquer análises jurídicas. -----

----Senhora **Vereadora Rosa Maria Feliciano** – Disse ter algumas dúvidas sobre este processo e gostava de ter esclarecimentos jurídicos.-----

----Relativamente ao ofício dirigido ao Presidente do Conselho Fiscal, remetendo o Relatório, disse não saber se o senhor Vereador Fé de Pinho o recebeu ou não.-----

----Não tem, no entanto, dúvidas de que, em vinte e sete de Abril de mil novecentos e noventa e nove foi dirigido um ofício ao Presidente do Conselho Fiscal, eleito em quatro de Fevereiro de noventa e oito por esta Autarquia e que, só podia ser o senhor Vereador Fé de Pinho. -----

----Disse não saber se o mesmo lhe foi entregue ou não, mas presume que sim, uma vez que o documento lhe é dirigido. Em sua opinião não era necessário estar escrito o seu nome porque foi o senhor Vereador Fé de Pinho que foi eleito pelo Executivo Municipal e, como tal essa questão não se colocava. -----

----Senhor **Vereador Vicente Batalha** – Concordou com a síntese feita pelo senhor Presidente a propósito da intervenção do senhor Vereador António Oliveira. -----

----Disse tratar-se de uma questão política que tem que ter uma decisão política, embora existam questões de análise jurídica.-----

----Considerou estar também em causa a transparência e o prestígio da Câmara, uma vez que o senhor Vereador Fé de Pinho foi indicado como seu representante no Conselho Fiscal daquela Associação. -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- Concordou com o reagendamento deste assunto para a próxima reunião, com os respectivos pareceres jurídicos.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, reagendar o assunto com os necessários pareceres jurídicos.-----

--- **BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA DE SÃO DOMINGOS – UM - CONTACTO COM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA PARA PERMUTA DE IMÓVEL –**

Pelo **Gabinete de Assuntos Jurídicos** foi presente a informação número cento e noventa e três, de trinta do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência do contacto mantido com o representante da Santa Casa, foram propostas as seguintes situações, conforme documento em anexo:-----

--- Primeiro – A Misericórdia aceita o valor de dois milhões oitocentos e setenta e dois mil e oitocentos escudos atribuído ao imóvel situado na Estrada de São Domingos. Em face disto, a Santa Casa pretende permutar quer o imóvel existente na Estrada de São Domingos quer a posição de co-proprietário da Casa da Boneca (situada na Rua Júlio Araújo, número um, rés-do-chão, primeiro e segundo) com um lote de terreno urbanizável, a indicar pela autarquia, predispondo-se a Santa Casa da Misericórdia a pagar o diferencial entre o valor atribuído quer à casa da Estrada de São Domingos quer à participação na Casa da Boneca e aquele que for apurado e referente ao lote urbanizável indicado pela autarquia;-----

--- Segundo – A Misericórdia aceita o valor de dois milhões oitocentos e setenta e dois mil e oitocentos escudos atribuído ao imóvel situado na Estrada de São Domingos. Perante isto, a Santa Casa permuta o imóvel situado na Estrada de São Domingos pela posição da autarquia na Casa da Boneca (situada na Rua Júlio Araújo, número um, rés-do-chão, primeiro e segundo).-----

--- Em ambas as situações, a Santa Casa da Misericórdia pretende que a edilidade resolva a situação do arrendatário existente no imóvel sito na Estrada de São Domingos”.

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

---- A Câmara, sob proposta do Senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, permutar imóveis e efectuar o necessário encontro de contas, concordando, por consequência, com a segunda situação descrita na informação de Gabinete de Assuntos Jurídicos. -----

---- **DOIS - CONTACTO COM AS SENHORAS MARIA ALVES SILVA E MARIA ZÉLIA CABAÇO FERREIRA PARA ACORDO DE DESOCUPAÇÃO DE**

**IMÓVEL** – Foi presente a informação número cento e noventa e quatro, de trinta do mês findo, do Gabinete de Assuntos Jurídicos, dando conhecimento da proposta apresentada pelos arrendatários do prédio número onze do estudo da ENAQUE, Limitada, que a seguir se transcreve: -----

---- “Na sequência do contacto mantido, em trinta de Maio de dois mil, com os arrendatários Maria Alves Silva, de oitenta anos de idade, e Maria Zélia Cabaço Ferreira, de cinquenta e três anos, residentes na Estrada de São Domingos, foram apresentadas as seguintes propostas: -----

---- Primeiro – As arrendatárias, nos termos do número dois do artigo trinta do Código das Expropriações, obrigadas a desocupar a casa de habitação prescindiram de uma casa de habitação a indicar pela autarquia, em face da contrapartida de uma indemnização, nos termos do número dois do artigo trinta e número dois do artigo nove ambos do Código das Expropriações; -----

---- Segundo – Dado que as arrendatárias em causa não possuem qualquer relação familiar e dado que não se importam resolver, em conjunto, a situação de desocupação do imóvel em causa, sugeriram o valor indemnizatório de um milhão e quinhentos mil escudos, com base no seguinte: -----

---- Habitam a casa há trinta anos; pagam uma renda de quinhentos e doze escudos; o valor indemnizatório é para as duas arrendatárias; -----

---- Terceiro – As arrendatárias dispõem-se a abandonar a casa na Estrada de São Domingos, após aviso por parte da Câmara Municipal de Santarém, com antecedência de quinze dias”. -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- A Câmara, tomado conhecimento, deliberou, por unanimidade, aceitar proposta das arrendatárias, assumindo o pagamento de uma indemnização no montante de um milhão e quinhentos mil escudos. -----

--- **ESTRADA DE SÃO DOMINGOS – PARCELA NÚMERO OITO – MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM OS PROPRIETÁRIOS E COM O GRUPO DE FUTEBOL DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SANTARÉM**

– A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar protocolo a celebrar com Herdeiros de Virgílio Vicente Marques e com o Grupo de Futebol dos Empregados no Comércio tendo em vista a libertação de uma parcela de terreno para beneficiação da Estrada de São Domingos, em Santarém. -----

--- O referido protocolo fica anexo à presente acta (Documento I), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- **ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA BESTEIRA – BALANÇO DA OBRA** – Pelo Departamento de Obras Municipais foi presente a informação número oitenta e três – DIS, de três do mês findo, do seguinte teor:-----

--- **Um – INTRODUÇÃO**-----

--- Refere-se a presente informação ao balanço final da obra de construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Besteira, cuja conclusão permitiu o acesso ao serviço de drenagem e tratamento dos esgotos domésticos produzidos na bacia abrangida na respectiva área urbana.-----

--- **Dois – DADOS GERAIS DA EMPREITADA** -----

--- Empreiteiro – PLA, Limitada-----

--- Valor da adjudicação – dezassete milhões trezentos e quinze mil setecentos e setenta e cinco escudos -----

--- Prazo – dois meses -----

--- Data da Consignação – seis de Outubro de mil novecentos e noventa e oito -----

--- Data da Conclusão – dois de Novembro de mil novecentos e noventa e nove-----



**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

---- Valor dos trabalhos efectuados – vinte e um milhões oitocentos e seis mil duzentos e quarenta e oito escudos -----

---- **Três – EVOLUÇÃO DA OBRA**-----

----Após a consignação da obra ocorreram entretanto diversos factos documentados na informação cento e sessenta e cinco/noventa e nove-DIS, que retardaram o início físico da mesma o que só veio a ocorrer em três de Maio de mil novecentos e noventa e nove.--

---- Já após o início dos trabalhos, foram os mesmos desenvolvidos a um ritmo inferior ao previsto, implicando inclusivamente a aplicação de uma multa por atrasos no cumprimento dos prazos estabelecidos para a execução da obra. -----

---- **Quatro – BALANÇO FINANCEIRO**-----

---- Após a medição final da obra constatou-se a existência de um acréscimo de custos de quatro milhões quatrocentos e noventa mil quatrocentos e setenta e três escudos, correspondente a vinte e cinco vírgula noventa e três por cento da adjudicação. -----

---- Este acréscimo foi consequência da alteração ao traçado do caminho de acesso. -----

---- Com efeito, perante o terreno disponibilizado pelo proprietário do terreno para a execução do acesso à Estação de Tratamento de Águas Residuais, foi necessário conceber um novo traçado que em termos sintéticos resultou no seguinte:-----

---- Um – Acréscimo na extensão prevista para o caminho de acesso em cento e sessenta e cinco metros e cinco centímetros – um milhão cento e quarenta e quatro mil setecentos e doze escudos-----

---- Dois – Criação de novas drenagens pelo facto de o caminho atravessar pequenas linhas de água e também porque a configuração da Estação de Tratamento de Águas Residuais necessitou de ser adaptada ao novo local de acesso – um milhão seiscentos e cinquenta e sete mil cento e quarenta e quatro escudos -----

---- Três – Melhoramento do terreno subjacente à plataforma do caminho, motivado pelo seu novo traçado se desenvolver em zonas mais baixas e por conseguinte com níveis freáticos elevados – um milhão seiscentos e oitenta e sete mil e oitocentos escudos -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- Assim o montante final da obra atingiu o valor de vinte e um milhões oitocentos e seis mil duzentos e quarenta e oito escudos-----

--- Convém no entanto referir que, em conformidade com a alínea d) do número dois das Condições Especiais do Caderno de Encargos, que refere que a responsabilidade das ligações às redes gerais de abastecimento de água e electricidade é da responsabilidade do empreiteiro adjudicatário da obra, deverá ser deduzida a respectiva quantia já despendida pela Câmara, no valor de um milhão dezanove mil seiscentos e vinte e nove escudos.”-----

--- O Director do **Departamento de Obras Municipais** emitiu o seguinte parecer:-----

--- “Concordo. Mais informo que no acerto final da empreitada deve ser contemplado o montante, que resultou da aplicação da multa por atraso na conclusão da obra.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a conta final, assumindo os respectivos encargos.-----

--- **EMPREITADA DE “REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO EXISTENTE NA PRAÇA DO MUNICÍPIO – FUTURAS INSTALAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTE E GABINETE DO PRESIDENTE” – RECLAMAÇÃO DO CONSÓRCIO LISTORRES /SOCOLIRO** – Na sequência das alegações do recurso interposto pelo Consórcio

Listorres, Limitada/Socoliro, S.A, da deliberação da comissão de abertura das propostas referentes ao concurso em epígrafe, que negou provimento à reclamação apresentada, o Arquitecto Assessor, Humberto Cordeiro Martinho, prestou a informação número vinte e um, de dezanove do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Conforme solicitado pela Excelentíssima Senhora Doutora Presidente da Comissão de Abertura das Propostas do edifício existente na Praça do Município – futuras instalações do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente e Gabinete do Presidente da Câmara, passo a expor o seguinte :-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

---- A questão levantada pelo Consórcio LISTORRES/SOCOLIRO, refere-se à forma como é apresentado o programa de betonagens.-----

---- O consórcio LISTORRES/SOCOLIRO, entende que o programa de betonagens deve ser um documento isolado e independente de outros documentos e, pelo contrário, as betonagens, ou seja, a sua programação não deve ser apresentada conjuntamente com os outros elementos no documento denominado programa de trabalhos. -----

---- Acontece que os concorrentes indicados pelo Consórcio LISTORRES/SOCOLIRO para exclusão, apresentaram o plano, ou programa, de betonagens não de forma autónoma, ou isolada, mas sim juntamente com outros elementos no documento denominado programa de trabalhos, e de forma sucinta.-----

---- É evidente que seria mais interessante, sob o ponto de vista da forma, a apresentação do programa de betonagens num documento único e individual e de forma detalhada. Porém o programa de concurso não exige que assim seja, pelo que, se o programa de concurso não exige, não me parece justo esta Comissão fazer tal exigência. -----

---- Por outro lado, dado que os concorrentes em causa apresentam o seu plano de betonagens incluído no programa de trabalhos, dando conta da forma com vão fazer as betonagens, não me parece justo excluir estes concorrentes alegando ausência de plano de betonagens.-----

---- Aliás, devo referir, ainda que dos documentos a apresentar, e que instruem as propostas, referidos no ponto quinze e quinze.um do programa de concurso, não se exige o documento, programa de betonagens. -----

---- O programa de betonagens de acordo com o artigo quinze e quinze.um não é documento que deva instruir as propostas. Por outro lado o documento obrigatório que terá de instruir as propostas é o documento denominado programa de trabalhos, conforme previsto no ponto quinze.um do programa de concurso, e este documento está apresentado. -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

---No ponto treze.três, do programa de concurso, o que se exige neste ponto é a apresentação do programa de trabalhos. Neste ponto dá-se ênfase é ao programa de trabalhos (elemento obrigatório e fundamental), referindo-se, seguidamente, como deve ser elaborado este documento, referindo-se que este documento deve ser elaborado de forma a referir o programa de betonagens (elemento que se considera acessório).-----

---Face ao exposto no ponto quinze.um, alínea c) conjugado com o ponto treze.três, o que se exige como apresentação obrigatória é o documento denominado programa de trabalhos, o qual por sua vez deve ser elaborado de acordo com as exigências do ponto treze.três, o qual exige que se indique o programa de betonagens. -----

---Pelo que já foi dito, é meu parecer que, o que o programa de concurso exige (artigo quinze.um) é o programa de trabalhos, e, este, os concorrentes em causa apresentaram-no.-----

---O ponto treze.três refere-se ao modo como deve ser elaborado o programa de trabalhos, não referindo se o programa de betonagens deve ou não ser apresentado em documento separado. Dado que o programa de concurso não exige que o programa de betonagem seja apresentado em separado, considero que nada obsta a que seja apresentado de forma descritiva e sumária no programa de trabalhos, (tal como os concorrentes em causa fizeram) este sim elemento de apresentação obrigatória (ponto quinze.um, alínea c). -----

---Dado que os concorrentes em causa apresentaram a descrição das betonagens no programa de trabalhos considero satisfeitas as exigências do ponto treze.três do programa de concurso, não havendo lugar à exclusão dos concorrentes por falta do programa de betonagens, salvo melhor opinião. -----

---Os concorrentes indicados para exclusão pela Listorres referiram as betonagens da seguinte forma:-----

--- CONEGIL, S.A. -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

----Apresentou o respectivo programa de betonagens de forma individual detalhada, folha número quarenta e oito, da proposta base.-----

----LAJEMAR, S.A.-----

Apresentou o programa de betonagens de forma individual e detalhada, na folha número quarenta e quatro da sua proposta.-----

----JOÃO SALVADOR, LDA-----

----O programa de trabalhos estabelece que os betões (betonagens) se realizarão entre o sexto e o nono mês.-----

----LOURENÇO SIMÕES E REIS, LDA.-----

----O programa de trabalhos estabelece que os betões (betonagens) se efectuarão entre o quinto e o nono mês -----

----SILVÉRIO E MELRO, S.A.-----

----O programa de trabalhos estabelece que a aplicação do betão se realizará entre o fim do terceiro mês e o fim do sétimo mês.-----

----PLANOTEJO, CRL-----

----O programa de trabalhos estabelece que os betões (betonagens) se efectuarão entre o quinto e o nono mês.-----

----Resumindo, o que está em causa é uma questão de forma, é saber se o programa de betonagens deve ou não constituir um documento independente ou se pode ser incluído na lista do programa de trabalhos.-----

----Pelo já referido não encontro no programa de concurso qualquer referência que exija que o programa de betonagens tenha de ser um documento independente, pelo que, mais uma vez, refiro que nada obsta a que os concorrentes em causa apresentem o programa das suas betonagens incluído no documento denominado programa de trabalhos, tal como os concorrentes em causa fizeram, solução que salvo melhor opinião satisfaz as exigências do ponto treze.três do programa de concurso.-----

----Face ao exposto não vejo motivo para exclusão dos concorrentes em causa.”-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- A **Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência**, Doutora Teresa Menaya Saraiva, informou também: -----

--- “Independentemente do mérito do recurso e da informação do senhor Arquitecto Humberto Martinho, salvo melhor opinião nos termos do número quatro, do artigo noventa e nove, do Decreto-Lei cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março, o recurso apresentado encontra-se indeferido, nesta data.” -----

--- A Câmara, em face das informações atrás transcritas, deliberou, por unanimidade, concordar com o indeferimento legalmente estabelecido. -----

--- Mais foi deliberado aprovar esta parte da acta em minuta para que possa produzir efeitos imediatos. -----

--- **ZONA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE ALCANEDE – REQUISICÃO PARA DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA** – Pelo **Gabinete de Assuntos Jurídicos** foi presente a informação número cento e oitenta e seis, de vinte e três do mês findo, que a seguir se transcreve: -----

--- “Tendo o processo já em poder do serviço de notariado, e em face da consulta feita, averiguou-se a pouca adesão dos proprietários à notificação desta edilidade e ao trabalho realizado.-----

--- Assim sendo, assumimos a indicação da requisição para declaração de utilidade pública, conforme documento em anexo. -----

--- A servir de suporte, tal documento deverá ser anexado, nos termos da Lei, dos seguintes elementos: -----

--- Primeiro – Nos termos do número dois do artigo décimo do Código das Expropriações, que seja anexado ao processo uma planta parcelar, conforme é aí exigido;

--- Segundo – Nos termos da alínea c) do número um e número quatro do artigo décimo, que se junte a previsão dos encargos a suportar com a expropriação;-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

----Terceiro – Nos termos da alínea d) do número um do artigo décimo, a junção do instrumento de gestão territorial para os imóveis a expropriar e para a zona da sua localização; -----

----Quarto – Sugere-se também que seja junto ao processo uma programação das obras, que sirva de base, nos termos da alínea d) do número um do artigo doze e número um e dois do artigo dezanove do Código das Expropriações, para a expropriação com carácter de urgência e posse administrativa”. -----

----A Câmara, em face da informação atrás transcrita, deliberou requerer a declaração de utilidade pública de uma área direccionada para a Zona de Desenvolvimento Económico de Alcanede, conforme documento apresentado pelo Gabinete de Assuntos Jurídicos e que fica anexo à presente acta (Documento II) dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

----**JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO SALVADOR – PEDIDO DE SUBSÍDIO RELATIVO AOS FESTEJOS DO CARNAVAL DOIS MIL** – Foi presente um ofício da Junta de Freguesia em epígrafe, remetendo facturas no montante total de sessenta mil escudos, relativas a guarda-roupa usado aquando dos festejos do Carnaval/dois mil, levados a efeito pelas juntas da cidade em Março último e solicitando a atribuição de um subsídio para o efeito. -----

----A Câmara, sob proposta da Senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, atribuir à Junta de Freguesia de São Salvador um subsídio no valor de sessenta mil escudos. -----

----**JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA IRIA DA RIBEIRA DE SANTARÉM – CONSTRUÇÃO DE PONTE PEDONAL DE ACESSO AO RIO TEJO – PEDIDO DE APOIO** – Foi presente um ofício da Junta de Freguesia em epígrafe, solicitando a atribuição de um subsídio no montante de dois milhões e oitenta e seis mil e quinhentos escudos, acrescido de IVA, destinado à construção de ponte pedonal de acesso ao Rio Tejo. -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder o apoio solicitado.-----

--- **CEFA - CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO AUTÁRQUICA - ESTÁGIO DE FORMANDOS DOS PALOP - PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA** – Foi presente um ofício do Centro de Estudos em epígrafe, do

seguinte teor: -----

--- “À semelhança do que vem acontecendo há alguns anos, decorre no Centro de Estudos e Formação Autárquica o Curso de Administração Local destinado a funcionários das administrações locais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – (PALOP).-----

--- No currículo do curso, que se junta em anexo, inclui-se um estágio em Câmaras Municipais Portugueses. Esta fase da formação é particularmente apreciada pelos formandos e culmina na elaboração e posterior discussão do designado “relatório de estágio”.-----

--- É, pois, chegado o momento de proporcionar o estágio aos formandos de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe. Para o efeito, permitimo-nos – mais uma vez – recorrer à prestimosa colaboração de Vossa Excelência, solicitando a colocação nessa Câmara Municipal, de um ou mais estagiários no período de dezassete de Julho a treze de Outubro.-----

--- Como o estagiário vai ter de suportar novas despesas que a sua bolsa não comporta vimos ainda solicitar a Vossa Excelência a atribuição de um subsídio mensal, no valor de setenta e cinco por cento a cem por cento do vencimento de assistente administrativo, montante esse considerado suficiente para a manutenção do formando.-----

--- Para a contracção desta despesa, equiparável a subsídio concedido pela Câmara Municipal, torna-se necessária deliberação, nos termos previstos na legislação em vigor e, segundo parecer da Direcção-Geral da Administração Autárquica e da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, poderá ser suportada pela rubrica: zero cinco – Transferências correntes e zero três – Sector Privado; zero três –Particulares. -----



**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

----Muito agradecemos, também a resposta até nove de Junho, com indicação do funcionário e/ ou Técnico que orientará o estágio do formando nessa Câmara Municipal”.

----

----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de um estagiário, no período de dezassete de Julho a treze de Outubro do corrente ano, mediante atribuição de subsídio mensal no valor de setenta e cinco por cento do vencimento de assistente administrativo. -----

----**FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRÉ-ESCOLAR E PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO – SEGUNDO PERÍODO** – Pela Técnica Superior do Serviço Social, Dr.<sup>a</sup> Maria José Montez, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número cento e oitenta e nove, de cinco do mês findo, do seguinte teor: -----

----“À semelhança do período lectivo anterior e dando continuidade à Componente de Apoio à Família para o ensino Pré-escolar e primeiro Ciclo do Ensino Básico, junto se apresentam os quadros dos encargos correspondentes ao segundo Período, contraídos junto das entidades fornecedoras de refeições.” -----

	<b>Nº. DE REFEIÇÕES</b>	<b>ENCARGOS</b>
<b>PRÉ-ESCOLAR</b>	27.053	4.669.215\$00
<b>1º C. E. B.</b>	24.680	2.540.520\$00
<b>TOTAL</b>	<b>51.733</b>	<b>7.209.735\$00</b>

----A Câmara, sob proposta da Senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, assumir o pagamento correspondente ao fornecimento de refeições, no montante total de sete milhões duzentos e nove mil setecentos e trinta e cinco escudos, às entidades fornecedoras, de acordo com o mapa que fica anexo à presente acta (Documento III), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

----**SEMANA ACADÉMICA – PAGAMENTO DO ALUGUER DE ESPAÇO NO CNEMA - CENTRO NACIONAL DE EXPOSIÇÕES E MERCADOS AGRÍCOLAS** – Foi presente um ofício do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

Mercados Agrícolas informando que a utilização do espaço exterior para a realização de iniciativas no âmbito da Semana Académica orça em dois milhões e seiscentos mil escudos, acrescido de IVA.-----

--- A Câmara, sob proposta da Senhora Vereadora Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, assumir o pagamento em causa, no montante de dois milhões e seiscentos mil escudos acrescido de IVA.-----

--- **UNIÃO DESPORTIVA DE SANTARÉM – PEDIDO DE ADIANTAMENTO DE SUBSÍDIO** – Foi presente um ofício do clube em epígrafe, solicitando o adiantamento do subsídio atribuído mensalmente pela Câmara, destinado à manutenção da relva, relativamente ao período de um ano – Junho de dois mil a Junho de dois mil e um.-----

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha** sublinhou a importância do União e referiu o seu desejo de um futuro para o união em condições, acrescentando que, no entanto, não é o que se tem verificado pois nada mudou em termos de funcionamento e de estrutura e a Câmara é confrontada, ciclicamente, com pedidos de adiantamento de subsídios.-----

--- Referiu que gostaria de ver também a envolvimento das forças vivas da cidade e não apenas a Autarquia a assumir os encargos pois é um clube da cidade que é necessário à cidade e que deve ter um futuro mais promissor e mais consistente.-----

--- Assim, sublinhou mais uma vez, a necessidade de haver um projecto consistente, debatido entre todos os agentes desportivos para se ver o que é que se quer para o União no futuro.-----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder o subsídio, tal como solicitado, devendo, contudo, ser deduzido no montante correspondente ao consumo de água.-----

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha** referiu que a sua intervenção constituía a sua declaração de voto.-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

---- **CASA DO POVO DE POMBALINHO – PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Foi presente uma carta da Casa do Povo em epígrafe, solicitando a atribuição de um subsídio no montante de quinhentos e cinquenta mil escudos para pagamento de alguns compromissos já assumidos no âmbito das obras de beneficiação já efectuadas na respectiva sede.-----

---- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, atribuir o subsídio solicitado, no montante de quinhentos e cinquenta mil escudos, face à qualidade das obras efectuadas. -----

---- **GABINETE DE PROTECÇÃO CIVIL – ABATE DE VIATURAS** – Pelo **Coordenador Municipal de Protecção Civil**, Engenheiro Pedro Carvalho, foi presente a informação número noventa e quatro/dois mil-C, de dezoito do mês findo, do seguinte teor: -----

---- “Encontram-se nos Bombeiros Municipais três viaturas cujas idades são muito elevadas. -----

---- Em dois dos casos a funcionalidade é muitíssimo reduzida.-----

---- Em qualquer dos casos as viaturas não passam na inspecção periódica obrigatória sem que sejam feitas reparações que não se afiguram razoáveis face aos respectivos custos. Num dos casos é mesmo impossível submetê-la a inspecção pelos factos que adiante se apontam. -----

---- As três viaturas estão inoperacionais.-----

---- As viaturas e problemas em cada uma delas, são : -----

---- AC zero um-----

---- Veículo ligeiro -----

---- Marca: Willys -----

---- Matrícula: BL-28-23 -----

---- Ano: mil novecentos e sessenta e um -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- Veio do parque de viaturas obsoletas do Exército Português há cerca de vinte anos. Não tem número de chassis, sabendo-se que de dois veículos idênticos foi feito o existente. A matrícula corresponde ao motor, tendo sofrido muitas alterações. -----

--- Nunca foi possível a inspecção. -----

--- Tem adicionalmente problemas no motor. -----

--- PSM zero um-----

--- Veículo pesado de combate a incêndios-----

--- Marca: Chevrolet -----

--- Matrícula: DA-42-56 -----

--- Ano: mil novecentos e sessenta e oito -----

--- Este veículo tem problemas de direcção que, mesmo depois de ter sido reparado há cerca de um ano, se mantêm. Não tem possibilidades de reparação, com custos razoáveis, dado que a sua origem é americana o que obriga à importação de peças. -----

--- Não passou, nem é expectável que venha a passar, na inspecção periódica obrigatória.

--- TPL zero um -----

--- Veículo ligeiro -----

--- Marca: Land-Rover -----

--- Matrícula : DH-72-78-----

--- Ano: mil novecentos e setenta -----

--- Este veículo tem problemas no sistema de travagem e no sistema eléctrico. Adicionalmente, necessita de ser modificado – retirar bancos traseiros e colocação de grade divisória.-----

--- Não passou na inspecção periódica obrigatória pelas razões acima apontadas e porque o nível de emissão de gases poluentes está muito acima dos valores máximos. -----

--- Assim, também não é expectável que venha a passar na inspecção periódica obrigatória sem que reparações com custos elevados sejam efectuadas.-----

--- Face às circunstâncias acima descritas propõem-se:-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

- a) Cancelamento imediato dos seguros do TPL zero um e AC zero um; -----
- b) A venda em hasta pública, dos veículos ligeiros AC zero um e TPL zero um; -----
- c) A cedência do PSM zero um ao Comandante Honorário Mário Ribeiro, pelas seguintes razões: -----
- - O veículo manter-se-á em Santarém e dado ser uma peça de referência parece constituir um património a preservar; -----
- - O Comandante Mário Ribeiro tem o espaço necessário para ter o veículo e sabe, melhor que ninguém, como mantê-lo; -----
- - O veículo, por ser uma viatura pesada de combate a incêndios e por utilizar a gasolina como combustível, tem valor comercial nulo.” -----
- A Câmara, em face do parecer favorável do senhor Vereador Botas Castanho, deliberou, por unanimidade, concordar com o proposto pelo Coordenador Municipal de Protecção Civil, na informação atrás transcrita. -----
- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Hermínio Martinho. -----
- **ASSOCIAÇÃO DISTRITAL DE SANTARÉM AMICALE KARATÉ – PARTICIPAÇÃO NO CAMPEONATO DA EUROPA DE KARATÉ NA ROMÉNIA – PEDIDO DE APOIO** – Na sequência de uma carta da Associação em epígrafe, solicitando o apoio da Câmara para representarem a cidade nos Campeonatos Europeus de Karaté, que irão decorrer na Roménia, o **Técnico Superior de Educação Física**, Dr. Joaquim Borges, prestou a informação número cento e noventa e seis, de dez do mês findo, do seguinte teor: -----
- “Tendo em conta os apoios concedidos à Associação Distrital de Santarém Amicale Karaté relativos à participação nos Campeonatos Europeus de Karaté realizados em Bratislava (Eslováquia) e Bochum (Alemanha); -----
- Tendo em conta o pedido formulado pela referida colectividade e que se anexa à presente informação; -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- Tendo em conta o disposto no número quatro ponto dois do documento relativo ao Programa de Mobilidade Desportiva;-----

--- Tendo em conta que a referida associação pretende participar com uma comitiva de quatro agentes desportivos no Campeonato da Europa de Karaté que irá decorrer em Junho na Roménia; -----

--- Venho propor à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> que seja atribuído um apoio financeiro no valor de cento e oitenta mil escudos.” -----

--- A Câmara, em face do parecer favorável da senhora Vereadora Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, atribuir àquela Associação um subsídio no montante de cento e oitenta mil escudos. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Hermínio Martinho.-----

--- **GRUPO DE JOGOS TRADICIONAIS ALFAGEME DE SANTARÉM – PARTICIPAÇÃO NO FESTIVAL MUNDIAL DE JOGOS E DESPORTOS TRADICIONAIS EM HANNOVER – PEDIDO DE APOIO** – Na sequência de um pedido de apoio do Grupo em epígrafe, para a sua participação no Terceiro Festival Mundial de Jogos e Desportos Tradicionais Dois Mil, que se realiza na Alemanha, na cidade de Hannover, o **Técnico Superior de Educação Física**, Dr. Joaquim Borges prestou a informação número cento e noventa e oito, de dez do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Tendo em conta os apoios concedidos a esta associação e relativos à participação nos festivais mundiais de jogos e desportos tradicionais realizados em Bangucoque (Tailândia) e Sidney (Austrália); -----

--- Tendo em conta o pedido do Grupo de Jogos Tradicionais Alfageme de Santarém; ---

--- Tendo em conta o disposto no número quatro ponto dois do documento relativo ao Programa de Mobilidade Desportiva;-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

---- Venho propor à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> que seja atribuído um apoio financeiro no valor de cento e oitenta mil escudos.” -----

----A Câmara, em face do parecer favorável da senhora Vereadora Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de cento e oitenta mil escudos, ao Grupo de Jogos Tradicionais Alfageme de Santarém. -----

----Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Hermínio Martinho.-----

----**APPACDM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL – DELEGACÃO DO VALE DE SANTARÉM – SECTOR DO DESPORTO PARA DEFICIENTES – PEDIDO DE APOIO** – Pelo

**Técnico Superior de Educação Física**, Dr. Joaquim Borges, foi presente a informação número duzentos e cinco, de quinze do mês findo, que a seguir se transcreve: -----

----“Tendo em conta o apoio concedido pela Câmara Municipal de Santarém à APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – Delegação do Vale de Santarém, relativo ao desenvolvimento de actividades desportivas, dirigidas a crianças e jovens portadores de deficiência, na época de mil novecentos e noventa e oito/noventa e nove;-----

----Tendo em conta a ficha de clube desportivo que se anexa à presente informação;-----

----Considerando o disposto na Lei de Bases do Sistema Desportivo relativamente aos princípios de desenvolvimento do sistema desportivo, nomeadamente quanto a acções dirigidas a grupos sociais especialmente carenciados de prática desportiva, essencialmente os cidadãos portadores de deficiência. -----

---- Venho por este meio propor à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> que seja atribuído à Delegação do Vale de Santarém da APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, um apoio financeiro no valor de duzentos mil escudos tendo em vista compartilhar os custos associados à realização de actividades desportivas

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

daquela instituição, integradas no plano de actividades da Associação de Desporto Especial de Santarém.” -----

--- A Câmara, em face do parecer favorável da senhora Vereadora Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de duzentos mil escudos à APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental. --

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Hermínio Martinho.-----

--- **SOCIEDADE RECREATIVA OPERÁRIA DE SANTARÉM – PARTICIPAÇÃO NO CAMPEONATO DO MUNDO DE DANÇA DESPORTIVA EM BLACKPOOL – NO REINO UNIDO – PEDIDO DE APOIO** – Na sequência de

um pedido de apoio da Sociedade em epígrafe, para participação no Campeonato do Mundo de Dança, em Blackpool, na Inglaterra, pelo **Técnico Superior de Educação Física**, Dr. Joaquim Borges, foi presente a informação número cento e oitenta e cinco, de dois do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Tendo em conta o disposto no documento de base relativo ao Programa de Mobilidade Desportiva;-----

--- Tendo em conta o pedido de apoio apresentado pelo clube desportivo Sociedade Recreativa Operária; -----

--- Considerando que o referido clube não apresentou qualquer informação relativa ao respectivo projecto de desenvolvimento desportivo, bem como referente aos dados da actividade desportiva;-----

--- Venho por este meio propor à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> que seja atribuída uma comparticipação financeira no valor de noventa mil escudos.-----

--- Mais se informa que o valor obtido corresponde a cinquenta por cento do limite máximo, sendo este de cento e oitenta mil escudos.”-----



**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

---- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de noventa mil escudos, à Sociedade Recreativa Operária.-----

---- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Hermínio Martinho.-----

---- **GIMNO CLUBE DE SANTARÉM – PARTICIPAÇÃO EM TORNEIO INTERNACIONAL EM GENT – NA BÉLGICA – PEDIDO DE APOIO** – Pelo

**Técnico Superior de Educação Física**, Dr. Joaquim Borges, foi presente a informação número cento e noventa e cinco, de dez do mês findo, do seguinte teor: -----

---- “Tendo em conta o pedido formulado pelo Gimno Clube de Santarém, que se anexa à presente informação, relativo ao apoio à deslocação a Gent, Bélgica; -----

---- Tendo em conta o quadro incluído no número quatro ponto dois do documento relativo ao Programa de Mobilidade Desportiva; -----

---- Considerando o número de praticantes do clube bem como os resultados da participação em campeonatos nacionais; -----

---- Venho propor à consideração de V. Ex.<sup>a</sup> que seja atribuído um apoio financeiro no valor de cento e oitenta mil escudos ao Gimno Clube de Santarém, com vista a apoiar a deslocação ao estrangeiro da comitiva participante em torneio internacional.” -----

---- O **senhor Presidente** aludiu à necessidade de actualização de critérios na atribuição destes apoios, que devem ser concedidos, também, de acordo com o número de pessoas que se deslocam. -----

---- A senhora **Vereadora Graça Morgadinho** referiu que o Departamento de Cultura está a analisar o assunto no sentido de se corrigir, inicialmente, os critérios relativos aos Ranchos folclóricos. -----

---- A Câmara, em face do parecer favorável da senhora Vereadora Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de cento e oitenta mil escudos ao Gimno Clube de Santarém. -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- **FESTIVAL DA TRADIÇÃO – PEDIDO DE APOIOS** – Pelo Director do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais foi presente a informação número duzentos e nove, de dezassete do mês findo, que a seguir se transcreve: -----

--- “Decorreu no passado dia dez de Maio no CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, uma reunião a propósito do *Festival da Tradição*, organização que reúne a APRODER, o INDE, o Grupo Calma (Tomar) e o Grupo Alfageme Amizade e Cultura, além do CNE - Centro Nacional de Exposições.-----

--- O Festival decorrerá de vinte e oito de Setembro a um de Outubro, integra um Encontro Ibérico de Jogos de Desportos Tradicionais e uma Feira Nacional de Artigos e Produtos Tradicionais, sendo objectivo a sensibilização do público mais jovem (Primeiro Ciclo do Ensino Básico) e da população em geral. -----

--- À Autarquia é solicitado o seguinte:-----

--- • Compra de número de exemplares a definir de caixa “Kit de Jogos”, para disponibilização pelas Escolas;-----

--- • Apoio em transportes das crianças das Escolas;-----

--- • Apoio à presença de artesãos do Concelho na feira de produtos.-----

--- Assim, tratando-se de uma iniciativa à qual atribuo grande interesse, coloco à consideração a concessão do apoio solicitado.”-----

--- A Câmara, em face do parecer favorável da senhora Vereadora Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, conceder os apoios solicitados.-----

--- **ESCOLA DE MÚSICA DE SANTARÉM – ACTUALIZAÇÃO DA RENDA MENSAL DAS INSTALAÇÕES** – Foi presente uma carta da Escola em epígrafe, informando que a renda que ocupa no edifício do Centro Cultural Regional de Santarém sofreu um aumento de onze mil e cem escudos com efeitos a partir de um de Janeiro do corrente ano e solicitando o apoio da Câmara para o respectivo pagamento. -----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou por unanimidade, proceder à actualização do montante mensal do subsídio atribuído à Escola de Música de Santarém,

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

que passa de cento e cinquenta mil escudos para cento e sessenta e um mil e cem escudos, com efeitos a partir de um de Janeiro último.-----

**----DESLOCAÇÃO DE GRUPOS FOLCLÓRICOS AO ESTRANGEIRO/DOIS MIL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS** – Pelo Chefe de **Divisão de Cultura e Turismo**, Dr. Nelson Ferrão, foi presente a informação número duzentos e catorze, de

dezoito do mês findo, do seguinte teor:-----

----“Como é do conhecimento geral, o Verão é a altura em que os ranchos são mais solicitados para participar em festas um pouco por todo o lado e é também tempo para os grupos organizarem e realizarem os Festivais de Folclore onde participam grupos estrangeiros e ainda de participarem nos Festivais de Folclore no estrangeiro.-----

----A par desta actividade mais interna, os grupos apresentam, por outro lado, algumas dificuldades económicas para fazer face às suas necessidades e, por isso, solicitaram à autarquia apoio financeiro para poderem efectuar as suas deslocações ao estrangeiro.-----

----Ora, tendo por base a tabela de deslocações dos Grupos Artísticos e Culturais do Concelho que consta na Informação número cento e setenta e sete/noventa e sete, venho por este meio propor que sejam atribuídos os seguintes valores aos grupos respectivos como forma de apoio, conforme o quadro que se segue:-----

<b>Rancho Folclórico</b>	<b>Destino</b>	<b>Subsídio</b>
Grupo Folclórico Centro Convívio Cultural Desportivo Abitureiras	Ilha Terceira (Açores)	180.000\$00
Rancho Folclórico da Soc. R. E. da Romeira	Espanha (Málaga)	120.000\$00
Rancho Folclórico de Viegas	França (Lyon)	150.000\$00

----De referir que as deslocações ao estrangeiro, para além de permitirem aos grupos o intercâmbio cultural, permitem ainda conhecer as várias realidades que os grupos de folclore estrangeiros enfrentam, incluindo as dificuldades e estratégias adoptadas com vista a melhorar a qualidade das suas actuações e desta forma proporcionam o enriquecimento dos ranchos da nossa região.”-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- A Câmara, em face do parecer favorável da senhora Vereadora Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, concordar com os apoios preconizados na informação atrás transcrita. -----

--- **REALOJAMENTO DAS FAMÍLIAS RESIDENTES EM HABITAÇÃO MUNICIPAL SITA NA PRAÇA DO MUNICÍPIO** – Pela Técnica Superior de

Serviço Social, Dr.<sup>a</sup> Maria Elisabete Filipe, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número cento e setenta e três, de catorze de Abril último, do seguinte teor: -----

---“Na sequência da deliberação desta Câmara Municipal relativa à proposta de realojamento da arrendatária residente na Praça do Município, número treze – primeiro andar esquerdo de vinte e dois de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove, informo que a Dona Mariana Costa entrou para o Lar de São Domingos em vinte de Janeiro próximo passado. Assim e de acordo com a reunião ocorrida no passado dia trinta de Março com a senhora Directora Técnica Dr.<sup>a</sup> Maria José Feliciano, informo que a mensalidade foi definida com base no custo médio de internamento em mil novecentos e noventa e nove, ou seja oitenta e dois mil escudos. Assim, a idosa suportará quarenta e sete mil duzentos e cinquenta escudos por mês (equivalente a setenta por cento da reforma) e Câmara Municipal trinta e quatro mil setecentos e cinquenta escudos por mês.” -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, assumir o pagamento da quantia de trinta e quatro mil setecentos e cinquenta escudos por mês, junto do Lar de São Domingos, com efeitos a partir de vinte de Janeiro do corrente ano. -----

--- **DESABAMENTO EM PERNES NA RUA ORIOL PENA, NÚMERO SETENTA E SETE** – Pelo **Coordenador Municipal de Protecção Civil**, foi presente a

informação número noventa e oito, de trinta do mês findo, do seguinte teor:-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

- “Um – No dia vinte e seis, pelas seis horas e trinta minutos fui informado que uma casa desabou em Pernes, no largo principal daquela Vila. (Rua Oriol Pena, setenta e sete). -----
- Dois – Desloquei-me para o local, tendo constatado que a senhora residente no local tinha sido retirada pelos Bombeiros Voluntários de Pernes. Entretanto, a senhora tinha regressado à sua casa para retirar os pertences e os Bombeiros retirado do local. -----
- Três – Verifiquei também que tinham caído a empena e a esquina da casa, estando a fachada principal e o soalho a ameaçar ruína. -----
- Quatro – Adicionalmente, verifiquei que parte da esquina e empena haviam caído em cima do veículo da arrendatária e na via pública. -----
- Cinco – Para desembaraçar a via pública chamei uma máquina, alugada à Munditerrras, Limitada, tendo a rua ficado parcialmente aberta ao trânsito. -----
- Seis – Chamei então ao local o Engenheiro Nuno Oliveira para aferir do que havia a fazer ao edifício. -----
- Sete – Deslocou-se ao local uma brigada do Departamento de Obras Municipais, pedida ao senhor Vítor Montez, para ajudar a retirar os móveis da senhora residente no local. -----
- Oito – Compareceu no local a cabeça de casal dos proprietários, a senhora Dona Maria de Madre de Deus Gomes Nobre Santos, residente em Pernes. -----
- Nove – Constatou-se que seria necessário proceder à demolição de parte do edifício para garantir a salvaguarda de pessoas e bens, dado a ameaça de ruína para a via pública.
- Dez – A partir das catorze horas procedeu-se à demolição, por recurso a uma máquina alugada à Munditerrras Limitada, com a presença da Guarda Nacional Republicana, da LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., do Comandante dos Bombeiros Municipais e do signatário. -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- Onze – Pelas dezassete horas foi dada a demolição por terminada, com a limpeza do terreno anexo (correspondente aos números setenta e nove, oitenta e um e oitenta e três da Rua Oriol Pena). -----

--- Doze – O custo total de obra (limpeza da via e demolição) da máquina alugada à Munditerrras Limitadas, totalizando quatro horas, é de dezoito mil escudos, acrescido de IVA. -----

--- Treze – Durante a demolição esteve no local o senhor Presidente da Junta de Freguesia Pernes. -----

--- Catorze – Desde as sete horas foi mantido informado o senhor Vereador da Protecção Civil.-----

--- Quinze – De acordo com o Engenheiro Oliveira e conforme se pode constatar o desabamento deu-se devido a visíveis infiltrações na empena, motivadas pelo facto desta não se encontrar devidamente coberta (não tapada com telhas e não chapada com cimento).-----

--- Dezasseis – Face aos factos, proponho: -----

--- - A emissão de factura, no valor de dezoito mil escudos, acrescido de IVA, à senhora mencionada no ponto seis; -----

--- - Que a senhora mencionada seja notificada para cobrir e proteger a empena onde a demolição parou, de molde a evitar a futura deterioração do restante imóvel, diminuindo o risco de novos desabamentos; -----

--- - Que seja feita uma vistoria ao número oitenta e cinco da Rua Oriol Pena, onde o risco de desabamento da empena é similar ao ocorrido.” -----

--- A Câmara, em face do parecer favorável do senhor Vereador Botas Castanho, deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto na informação atrás transcrita. -----

--- **VISTORIAS** – Foram presentes os seguintes pedidos:-----

--- **Um** – Na sequência da informação número cento e catorze/noventa e nove –C, de vinte e oito de Outubro do ano findo, do Gabinete de Protecção Civil, foi realizada uma

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

vistoria a um edifício sito na Praça Primeiro de Maio/Rua dos Arneiros, Casal da Charneca, freguesia de Almoester, deste Concelho, tendo a comissão de vistorias concluído:-----

----“A vistoria ao local permitiu verificar que a propriedade do senhor Ramiro Vitorino Marques, confinante com a Praça Primeiro de Maio/Rua dos Arneiros em Casal da Charneca, ameaça ruir a qualquer instante, representando perigo para os utentes da via pública.-----

----Propomos a demolição das paredes pertencentes à habitação em ruína de modo a evitar acidentes.”-----

----A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, notificar o proprietário para proceder à demolição, conforme preconizado no auto de vistoria.-----

----**Dois** – Na sequência de um pedido da Junta de Freguesia de Almoester, foi realizada vistoria à habitação do senhor Luís Inácio Frade, sita na Rua da Estalagem, número trinta, na freguesia de Almoester, deste Concelho.-----

----A Comissão de Vistoria concluiu:-----

----“Da vistoria ao local verificou-se que a habitação do senhor Luís Inácio Frade apresenta sinais evidentes de infiltrações numa parede.-----

----Estas infiltrações são originárias de uma fossa séptica de uma moradia contígua à habitação vistoriada, propriedade do senhor Firmino Augusto Duarte.-----

----Esta fossa séptica encontra-se implantada no terreno a uma cota superior à da habitação vistoriada.-----

----A fossa séptica encontra-se a funcionar deficientemente, permitindo o acesso dos esgotos ao interior do espaço vistoriado.-----

----A comissão de vistorias entende que este facto, não permite assegurar boas condições de habitabilidade pondo em perigo a saúde pública dos frequentadores do espaço vistoriado.”-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- Notificado o proprietário da moradia contígua à vistoriada através do ofício número quinhentos mil quatrocentos e cinquenta e sete, de vinte e oito de Maio último, para proceder às obras necessárias à correcção do mau funcionamento da fossa séptica, verificou-se que o mesmo não deu cumprimento à notificação. -----

--- Em face dos antecedentes a senhora **Vereadora Dunia Palma** propôs: -----

--- “Proponho nova notificação ao proprietário, da habitação, responsável pelas inundações no sentido de proceder à regularização da fossa no prazo de dez dias, findos os quais se procederá à intervenção, sendo que os custos lhe serão imputados.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da senhora Vereadora Dunia Palma. -----

--- **CANDIDATURA NO ÂMBITO DO RECRIA - REGIME ESPECIAL DE COMPARTICIPAÇÃO NA RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS ARRENDADOS** –

**PEDIDOS DE:** - **UM** – Na sequência de um ofício do IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, foi de novo presente o pedido de **Rui Miguel Ferreira Bravo**, para comparticipação em obras a levar a efeito no seu imóvel sito na Travessa dos Surradores, número trinta e dois, na freguesia de Salvador, nesta cidade, ao abrigo do artigo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e dois, de vinte e dois de Setembro (RECRIA - Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados).-----

--- O **Gabinete Técnico Local da Ribeira de Santarém e Alfange** prestou a informação número oitenta e um, de quinze do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “De acordo com o despacho da Exm.<sup>a</sup> senhora Vereadora Engenheira Dunia Palma, exarado no ofício enviado pelo IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, foram corrigidos os cálculos das comparticipações, tendo em conta que a parcela referente à matriz cento e cinquenta e oito foi arrendada para arrecadação. Deste modo, só pôde ser considerado o edifício de matriz cento e cinquenta



**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

e sete que possui um único arrendatário (senhora Fernanda Lopes Madeira) e cuja localização é: -----

---- Travessa dos Surradores, trinta e dois/Beco dos Surradores, cinco/Travessa da Mouraria, dois (o edifício possui frentes para três artérias). -----

---- Foi, assim, retirada do orçamento a parcela referente à recuperação da fracção localizada no Beco dos Surradores seis/sete (quinhentos e setenta e três mil trezentos e setenta e dois escudos mais IVA). -----

---- Submete-se, portanto, à consideração superior a nova comparticipação camarária abaixo discriminada e envio destes novos dados ao IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado. -----

---- Valor da obra a realizar – dezanove milhões oitenta e sete mil e cinquenta e oito escudos. -----

---- Comparticipação da Câmara Municipal de Santarém – quatrocentos e sessenta e oito mil duzentos e trinta e oito escudos. -----

---- Comparticipação do IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado – um milhão oitocentos e quarenta e três mil duzentos e trinta escudos. -----

---- Comparticipação Total – dois milhões trezentos e onze mil quatrocentos e sessenta e oito escudos.” -----

---- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, concordar com a comparticipação agora sugerida, no valor de quatrocentos e sessenta e oito mil duzentos e trinta e oito escudos, destinada à recuperação do referido imóvel, no âmbito do Programa RECRIA - Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados, revogando, por consequência a deliberação tomada na reunião do Executivo Municipal, realizada no passado dia dez de Fevereiro, a propósito deste assunto. -----

---- **DOIS** – De **Aimoré Martins Nunes Saraiva** para comparticipação em obras a levar a efeito no seu imóvel sito na Travessa das Condinhas, números sete e nove, na freguesia

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

de São Nicolau, nesta Cidade, ao abrigo do artigo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e dois, de vinte e dois de Setembro (RECRIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados).-----

--- Na sequência deste pedido a **Divisão dos Núcleos Históricos** prestou a informação número oitenta e oito, de vinte e quatro de Março último, do seguinte teor: -----

--- “Com base no solicitado, foi analisada a candidatura ao abrigo do Artigo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e dois, de vinte e dois de Setembro. Tendo em conta o orçamento apresentado pelo requerente, incluindo o IVA à taxa de cinco por cento, e as respectivas rendas, as participações provisionais, por parte desta Autarquia e do IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, são as indicadas no quadro abaixo. -----

Valor da obra a realizar	2.294.355\$00
Participação da CMS	314.786\$00
Participação do IGAPHE	472.178\$00
Participação total	786.964\$00

--- Tendo sido realizada vistoria ao edifício, verificou-se que a habitação existente no primeiro andar apresenta sinais evidentes de infiltrações, devido ao deficiente funcionamento da cobertura. Os algerozes apresentam-se corroídos, não permitindo um escoamento eficaz das águas pluviais. -----

--- A proposta de intervenção consiste na substituição da cobertura, da respectiva estrutura de suporte em madeira e dos algerozes. Igualmente, se beneficiará o revestimento das paredes na fachada principal, que se encontra em avançado estado de degradação. -----

--- O empreiteiro que execute os trabalhos deverá possuir certificado de qualificação, que o capacite para a execução da obra, garantindo as condições de segurança dos transeuntes e bens aquando da realização dos trabalhos. -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

----O valor do orçamento apresentado pela firma TONITEJO, Construção Civil e Obras Públicas Limitada., anexo ao processo, pode ser considerado aceitável, tendo em conta a natureza e o volume dos trabalhos a efectuar e as dificuldades no processamento destes, relacionadas com a localização do edifício e com os cuidados necessários à não danificação do interior do primeiro andar, que não vai ser intervencionado.” -----

----A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, concordar com a participação sugerida no valor de trezentos e catorze mil setecentos e oitenta e seis escudos, destinada à recuperação do referido imóvel, no âmbito do Programa RECRIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados. -----

----**TRÊS** – De **Maria da Glória Lopes Vinagre Alfaiate** para participação em obras a levar a efeito no seu imóvel sito na Rua Luís Matoso, números dezoito, vinte, vinte e dois e vinte e quatro, em Santarém, ao abrigo do artigo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e dois, de vinte e dois de Setembro.-----

----Em face deste pedido, o **Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente** prestou a informação número trinta e dois, de onze do mês findo, do seguinte teor: -----

----“Analisada a candidatura ao abrigo do artigo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e dois, de vinte e dois de Setembro, com base no orçamento apresentado pelo requerente e da respectiva renda, as participações provisionais por parte desta Autarquia e do IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado são as indicadas no quadro:-----

Valor da obra a realizar	2.561.055\$00 – C/IVA
Participação da CMS	443.916\$00
Participação do IGAPHE	665.874\$00
Participação total	1.109.791\$00

----A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, concordar com a participação sugerida, no valor de quatrocentos e quarenta e três mil novecentos e dezasseis escudos, destinada à recuperação do referido imóvel, no âmbito do Programa

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

RECRIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados.-----

--- **ESPLANADA** – Foi presente um pedido de **Sílvia Carvalho Justino Leite**, para instalar uma esplanada junto ao seu estabelecimento sito na Rua Nuno Alves Pereira, número doze, freguesia de São Nicolau, nesta cidade. -----

--- Na sequência deste pedido o **Departamento de Obras Municipais** prestou a seguinte informação: -----

--- “Tratando-se São Domingos de uma zona com escassez de espaços para estacionamento, a concretização da esplanada irá contribuir para o agravamento da situação, na medida em que anulará, durante o seu funcionamento, três lugares agora disponíveis.” -----

--- O senhor Presidente face às consequências que a aprovação deste pedido teria, anulando três lugares de estacionamento, propôs que o mesmo seja retirado da presente reunião, a fim de ser objecto de uma análise mais aprofundada pelos respectivos serviços, que deverão avaliar as vantagens e desvantagens da instalação desta esplanada, ouvindo, designadamente, a opinião de moradores no local. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente. -----

--- **ANULAÇÃO DE DÉBITOS: - UM - De Coopribatejo – Cooperativa de Consumo, Cooperativa de Responsabilidade Limitada** – Pela Chefe de **Repartição de Receitas e Contencioso** foi presente a informação número doze, de dezasseis do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “Em Novembro de mil novecentos e noventa e oito, a Cooperativa do Ribatejo, Cooperativa de Consumo, arrendatária de um espaço no Campo Infante da Câmara, edifício onde se encontra hoje a funcionar o Infantário Autárquico, prescindiu do aluguer desse espaço. -----

--- Dado que o documento de débito à Tesouraria é efectuado com antecedência, já não foi possível aos serviços retirá-lo, pelo que se propõe a anulação do conhecimento

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

número dois mil oitocentos e noventa e três, na importância de seis mil oitocentos e cinquenta e seis escudos, relativo ao mês de Novembro de mil novecentos e noventa e oito, em nome da Cooperativa Ribatejo – Cooperativa de Consumidores.” -----

----A Câmara, em face do parecer favorável do senhor Vereador Hermínio Martinho, deliberou, por unanimidade, proceder à anulação do conhecimento em causa. -----

----**DOIS** - De **Horácio Margal Pereira** – Pela Chefe de **Repartição de Receitas e Contencioso** foi presente a informação número vinte, de trinta e um do mês findo, do seguinte teor: -----

----“Verifica-se encontrarem-se debitados à Tesouraria Municipal dois conhecimentos de renda de casa, em nome de Horácio Margal Pereira, relativos à habitação do lote um – primeiro andar direito, do Bairro de Vale de Estacas, com referência aos meses de Julho e Agosto de mil novecentos e noventa e um. -----

----Dado que o referido senhor já não habita nesta morada, desde a data acima referida (mil novecentos e noventa e um), propõe-se a anulação dos referidos débitos, assim como dos correspondentes processos executivos.” -----

----A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, concordar com a anulação dos débitos em causa e correspondentes processos executivos.-----

----**TRÂNSITO** – **UM** - **Calçada da Atamarma – Proposta de implementação de sentido único descendente** – Pelo **Departamento de Obras Municipais** foi presente a informação número oitenta e nove/dois mil – TR, de onze do mês findo, do seguinte teor:

----“Na sequência da troca de impressões havida com o senhor Luís Paradiz do Gabinete de Apoio à Presidência, considera-se justificável em termos de Segurança Rodoviária e de fluidez do tráfego a implementação de sentido único descendente na Calçada da Atamarma, de acordo com o esquema apresentado em anexo. -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- De forma a minimizar conflitos na trajectória dos veículos à saída para a Estrada Nacional número cento e catorze, esta solução pressupõe a obrigatoriedade de sair do troço citado no sentido de Almeirim (para a direita).” -----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, concordar com o preconizado na informação atrás transcrita. -----

--- **DOIS** - **Junta de Freguesia de Abitureiras – Estrada Fontaínhas–Joaninho - Colocação de sinal de trânsito proibido a veículos de largura superior a dois metros**

– Na sequência de um pedido da Junta de Freguesia em epígrafe, para colocação de sinal de trânsito proibido a veículos de largura superior a dois metros, o **Departamento de Obras Municipais** informou: -----

--- “Não se vê qualquer inconveniente no solicitado, dado tratar-se de um troço no qual se inclui uma passagem estreita. -----

--- Após troca de impressões com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abitureiras esclareceu-se que a sinalização poderá limitar a circulação a veículos com largura superior a dois metros e dez centímetros.” -----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, concordar com a colocação da sinalização pretendida, em conformidade com a informação atrás transcrita. -----

--- **TRÊS** - **Junta de Freguesia de Marvila – Entroncamento das Ruas Professor Manuel Bernardo das Neves para a Rua Bombeiros Voluntários - Colocação de sinal de STOP**

– Foi presente um ofício da Junta em epígrafe, solicitando a colocação de um sinal de STOP no entroncamento das Ruas Professor Manuel Bernardo das Neves com a Rua dos Bombeiros Voluntários, dada a falta de visibilidade que se verifica devido às viaturas estacionadas no local. -----

--- Na sequência deste ofício o **Departamento de Obras Municipais** informou: -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

----“Considera-se justificável a definição de prioridade no entroncamento citado, propondo-se a colocação de um sinal de aproximação de estrada com prioridade, de acordo com o esquema apresentado na planta em anexo.”-----

----O senhor **Vereador António Oliveira** manifestou-se de acordo com a colocação de sinalização no local e chamou a atenção para a falta de passadeiras e para o estacionamento de viaturas no local dificultando a visibilidade. Sugeriu que se estude este cruzamento e se tomem as medidas mais adequadas. -----

----O **senhor Presidente** referiu que este assunto já está integrado no programa de acções conjuntas que se irão implementando na Cidade.-----

----A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, concordar com a colocação de um sinal de aproximação de estrada com prioridade, conforme preconizado pelos Serviços. -----

----**QUATRO - Junta de Freguesia de São Nicolau – Proposta de alteração ao trânsito na Rua Frei Luís de Sousa** – Na sequência de um ofício da Junta de Freguesia em epígrafe, propondo que o trânsito na Rampa Frei Luís de Sousa seja feito apenas no sentido ascendente, o **Departamento de Obras Municipais** prestou a seguinte informação: -----

----“Avaliada hipótese de sentido único proposto pela Junta de Freguesia de São Nicolau e implicando a mesma que o acesso à Rua Frei Luís de Sousa passasse a fazer-se com entrada e saída pela Travessa da Rafôa (obrigando a manobras de inversão de sentido), julga-se que esta solução viria a ser demasiado penalizadora para a fluidez da circulação automóvel no local.-----

----No entanto, confrontando o problema de falta de segurança relatado com o projecto de Beneficiação da Estrada de São Domingos, julga-se que poderá ser impedida a manobra de viragem à esquerda no entroncamento da Rua Frei Luís de Sousa com aquela estrada. Esta solução pressupõe a colocação de sinalização de acordo com a planta em anexo e complementa o projecto de sinalização horizontal já previsto.”-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, concordar com o preconizado na informação atrás transcrita. -----

--- **CINCO - Junta de Freguesia do Vale de Santarém – Estacionamento de táxis no Largo Visconde Almeida Garrett** – Pela Junta de Freguesia em epígrafe foi presente o ofício número trezentos e oitenta e oito, de vinte e dois de Dezembro do ano findo, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência das obras de renovação da Estrada Nacional número três realizadas em mil novecentos e noventa e sete, o local de estacionamento do Táxi, situado no Largo Visconde Almeida Garrett, foi sujeito a obras, com a execução de passeio em calçada e colocação de lancil.-----

--- Na sua actual configuração, o Táxi quando pára no local, na via ou no passeio, está sempre em transgressão e sujeito a multa. -----

--- Tendo o passeio, no local, largura que nos parece suficiente e do qual juntamos um cróqui, vem o Executivo da Junta propor nesse espaço a criação de um lugar de estacionamento que permita assim a resolução deste problema. -----

--- Acresce dizer que o local em causa fica no início da Estrada Nacional número três – quatro troço já desclassificado e como tal de responsabilidade da Câmara Municipal.” ---

--- O **Departamento de Obras Municipais** informou: -----

--- “Após deslocação ao Vale de Santarém e troca de impressões com o proprietário do táxi em causa e com o senhor Presidente da respectiva Junta de Freguesia, não se vê qualquer inconveniente na definição de um local para estacionamento, de acordo com o esquema apresentado em anexo. Julga-se que poderá ser autorizada a Junta de Freguesia a executar os trabalhos necessários, tendo-nos sido manifestada disponibilidade para a realização da obra.” -----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, concordar com o preconizado na informação atrás transcrita. -----



**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

----**SEIS** - **Junta de Freguesia Várzea - Colocação de sinal de estacionamento proibido na Rua Treze de Junho em Vilgateira** – A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, concordar com a colocação de um sinal de estacionamento proibido na Rua Treze de Junho, em Vilgateira, na freguesia da Várzea, no intuito de amenizar uma situação de conflito latente entre vizinhos. -----

----**SETE** - **Gonçalves & Gonçalves, Limitada – Colocação de sinal de estacionamento proibido na Rua António Passos Canavarro, Lote nove** – Na sequência de uma carta da Firma Gonçalves & Gonçalves, Limitada, solicitando a resolução do problema de estacionamento junto ao portão de acesso às respectivas instalações, sitas na Rua António Passos Canavarro, número nove, na zona de Desenvolvimento Económico de Santarém, o **Departamento de Obras Municipais** informou:-----

----“Após deslocação à zona industrial e por troca de impressões com o representante da entidade requerente, julga-se que a proibição de estacionar em ambos os lados do arruamento, num pequeno troço que inclui o acesso às instalações desta firma, resolverá o problema relatado.-----

----Para o efeito propõe-se a colocação de sinais de acordo com o esquema em anexo.” --

----A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, concordar com o sugerido na informação atrás transcrita. -----

----**ILUMINAÇÃO PÚBLICA** – A Câmara deliberou, por unanimidade, assumir perante a EDP - Distribuição Energia, S.A. – Área de Rede Vale do Tejo os seguintes encargos e passar as respectivas requisições. -----

\* \* Colocação de Iluminação Pública na Estrada Municipal Quinhentos e Noventa e Quatro - Verdelho/Casais do Agraão, na freguesia de Achete – três milhões vinte e nove mil e seiscentos escudos, acrescido de IVA. -----

\* \* Ligação à rede na Rua Colégio Militar, lote nove mil e um B, em Santarém – dois milhões duzentos e setenta mil cento e dezanove escudos com IVA incluído.-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

----**Em virtude de não constar da ordem de trabalhos, o senhor Presidente solicitou aos senhores Vereadores autorização para incluir na mesma os assuntos seguintes não tendo havido oposição.**-----

----**ESTRADA MUNICIPAL QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO – TROÇO ENTRE SANTOS E A ESTRADA NACIONAL TRÊS EM PÓVOA DE SANTARÉM – CORRECCÃO DO TRAÇADO E BENEFICIAÇÃO** -----

----**ESTRADA MUNICIPAL QUINHENTOS E NOVENTA E QUATRO - DOIS – TROÇO ENTRE O RIO CENTEIO E A ESTRADA NACIONAL TREZENTOS E SESSENTA E CINCO - QUATRO - CORRECCÃO DO TRAÇADO E BENEFICIAÇÃO** – Pelo Director do **Departamento de Obras Municipais** foi presente a informação número cento e onze, de oito do corrente mês, do seguinte teor: ---

----“Informamos V. Ex.<sup>a</sup> que estão reunidas as condições técnicas para a abertura dos concursos públicos em epígrafe, pelo que se anexam os respectivos processos, cujas estimativas orçamentais montam a cento e setenta milhões de escudos e cinquenta milhões de escudos, respectivamente.”-----

----A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, concordar com a abertura dos referidos concursos públicos, bem como aprovar os respectivos processos de concurso.-----

-----**TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

--- Informação número noventa e três/dois mil – C, de dezassete de Maio findo, do **Gabinete de Protecção Civil**, do seguinte teor: -----

---“Tendo tido agora acesso aos dados dos Corpos de Bombeiros, relativos ao ano de mil novecentos e noventa e nove, sou a informar da análise estatística possível face aos mesmos.-----

--- Dos dados, a partir dos quais foram produzidos os quadros e gráficos em anexo, podem retirar-se as seguintes conclusões :-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

----Os quatro Corpos de Bombeiros do Concelho saíram em socorro oito mil cento e sessenta e cinco vezes. -----

----Percentualmente, verifica-se que : -----

----Cinquenta e quatro vírgula nove por cento das saídas foram realizadas pelos Bombeiros Municipais (quatro mil quatrocentas e oitenta e seis); -----

----Vinte e um vírgula sete por cento das saídas foram realizadas pelos Bombeiros Voluntários de Pernes (mil setecentas e setenta e cinco); -----

----Onze vírgula oito por cento das saídas foram realizadas pelos Bombeiros Voluntários de Alcanede (novecentas e sessenta e uma); -----

----Onze vírgula cinco por cento das saídas foram realizadas pelos Bombeiros Voluntários de Santarém (novecentas e quarenta e três); -----

----Os incêndios representaram cinco vírgula oito por cento das saídas de socorro, totalizando-se quatrocentos e setenta e seis incêndios no Concelho. -----

----Percentualmente, verifica-se que : -----

----Os Bombeiros Municipais acorreram a cinquenta e nove vírgula cinco por cento dos incêndios (duzentos e oitenta e três); -----

----Os Bombeiros Voluntários de Pernes acorreram a vinte e um vírgula seis por cento dos incêndios (cento e três); -----

----Os Bombeiros Voluntários de Santarém acorreram a nove vírgula cinco por cento dos incêndios (quarenta e cinco); -----

----Os Bombeiros Voluntários de Alcanede acorreram a nove vírgula cinco por cento dos incêndios (quarenta e cinco); -----

----Os acidentes totalizaram nove vírgula três por cento de toda a actividade, atingindo o número de setecentos e cinquenta e oito. -----

----Percentualmente, verifica-se que : -----

----Em sessenta e quatro vírgula cinco por cento acorreram os Bombeiros Municipais (quatrocentos e oitenta e nove); -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- Em vinte e um vírgula oito por cento acorreram os Bombeiros Voluntários de Pernes (cento e sessenta e cinco);-----

--- Em doze vírgula um por cento acorreram os Bombeiros Voluntários de Alcanede (noventa e dois);-----

--- Em um vírgula seis por cento acorreram os Bombeiros Voluntários de Santarém (doze);-----

--- Os outros acidentes totalizaram oito vírgula nove por cento de toda a actividade, atingindo o número de setecentos e vinte e seis.-----

--- Percentualmente, verifica-se que :-----

--- Em cinquenta e quatro vírgula um por cento acorreram os Bombeiros Municipais (trezentos e noventa e três);-----

--- Em vinte e quatro vírgula dois por cento acorreram os Bombeiros Voluntários de Pernes (cento e setenta e seis);-----

--- Em catorze vírgula seis por cento acorreram os Bombeiros Voluntários de Santarém (cento e seis);-----

--- Em sete por cento acorreram os Bombeiros Voluntários de Alcanede (cinquenta e um);-----

--- As emergências médicas ocuparam setenta e um vírgula sete por cento de toda a actividade, atingindo o número de cinco mil oitocentas e cinquenta e oito saídas.-----

--- Percentualmente, verifica-se que :-----

--- Em cinquenta e cinco vírgula seis por cento acorreram os Bombeiros Municipais (três mil duzentas e cinquenta e cinco);-----

--- Em vinte e um vírgula oito por cento acorreram os Bombeiros Voluntários de Pernes (mil duzentas e setenta e cinco);-----

--- Em doze por cento acorreram os Bombeiros Voluntários de Alcanede (setecentas e três);-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

----Em sete por cento acorreram os Bombeiros Voluntários de Santarém (seiscentos e vinte e cinco); -----

---- Verifica-se, no **sector operacional**, que **engloba doze Corpos de Bombeiros**, que : -

---- Os Bombeiros **Municipais de Santarém** são o Corpo de Bombeiros **com maior número de ocorrências**, sendo aquele que **acoreu mais vezes, qualquer que seja o indicador**. -----

---- Os Bombeiros **Voluntários de Pernes** ocupam o **oitavo** lugar no **número de ocorrências**, o **sétimo** no **número de incêndios**, o **nono** no **número de acidentes**, o **terceiro** no **número de outros acidentes** e o **oitavo** no número relativo a **emergências médicas**. -----

---- Os Bombeiros **Voluntários de Alcanede** ocupam o **décimo primeiro** lugar no **número de ocorrências**, o **décimo primeiro** no **número de incêndios**, o **décimo primeiro** no **número de acidentes**, o **décimo** no **número de outros acidentes** e o **décimo primeiro** no número relativo a **emergências médicas**. -----

---- Os Bombeiros **Voluntários de Santarém** ocupam o **décimo segundo** lugar no **número de ocorrências**, o **décimo segundo** no **número de incêndios**, o **décimo segundo** no **número de acidentes**, o **sexto** no **número de outros acidentes** e o **décimo segundo** no número relativo a **emergências médicas**. -----

---- Verifica-se também que os **Bombeiros Municipais de Santarém acorreram a quase o dobro das ocorrências** do Corpo de Bombeiros que lhe fica imediatamente a seguir no número de ocorrências (quarenta e cinco por cento mais de ocorrências).” -----

---- Tomado conhecimento. -----

---- Ofício número duzentos e cinquenta de dois/dois mil, de vinte e três de Maio último da **Associação dos Bombeiros Voluntários de Pernes** remetendo o Relatório e Contas daquela corporação, referente ao ano de mil novecentos e noventa e nove. -----

---- Tomado conhecimento. -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- Ofício número mil duzentos e quarenta, de dezoito de Maio findo da **Associação Nacional de Municípios Portugueses** solicitando parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que aprova o Regulamento que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controle de execução das intervenções apoiadas pelo Fundo de Coesão em Portugal. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- E-mail do senhor Dr. Amauri Alves, **Secretário da Cultura da Prefeitura Municipal de São Vicente – Brasil**, agradecendo a participação do Grupo Chantirene nas comemorações dos Quinhentos Anos do Brasil. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Carta do senhor Engenheiro **José Luís da Cunha Santos Loureiro**, agradecendo o arranjo do arruamento de acesso à Escola de Enfermagem. Propõe que se homenageie a Enfermeira Lurdes Asseiro, Directora daquela Escola, cujo contributo foi inextinguível para a realização do novo edifício da Escola. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício número mil e cinquenta e um, de dezassete do mês findo, da **Região de Turismo do Ribatejo**, remetendo o Relatório de Actividades e Conta de Gerência de mil novecentos e noventa e nove. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Carta da **Sociedade Filarmónica Alcanedense** convidando o senhor Presidente da Câmara Municipal para integrar a comitiva que irá acompanhar aquela Sociedade, na sua digressão a São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Guaraná e Santos – Brasil, na última quinzena do próximo mês de Julho. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício número sessenta e nove, de vinte e seis do mês findo, da **Junta de Freguesia de Pombalinho** enviando relatório referente ao assalto à Sede da Junta. -----

--- Tomado conhecimento. -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

----Ofício número cento e sessenta e cinco FGLM/dois mil, de vinte e cinco do mês findo, do **Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português** dando conhecimento da resposta do Governo ao requerimento apresentado pela senhora Deputada Luísa Mesquita, sobre o “Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros”.-----

----Tomado conhecimento.-----

----Ofício número mil oitocentos e dezoito, de vinte e cinco do mês findo, do **IEP - Instituto das Estradas de Portugal** remetendo o Acordo de Colaboração entre este Instituto e a Câmara Municipal de Santarém, para a “Passagem para jurisdição do IEP - Instituto das Estradas de Portugal da Rua O e respectivos Nós, em Santarém, que irá constituir a nova Estrada Nacional número Três, e entrega à Câmara Municipal de Santarém do trecho da antiga Estrada Nacional número Três substituído pelo novo traçado”, homologado por Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas.-----

----Este acordo fica anexo à presente acta (Documento IV), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

----Tomado conhecimento.-----

----Foram também presentes os seguintes autos de transferência elaborados na sequência e nos termos do Acordo de Colaboração atrás mencionado:-----

---- \* Auto de transferência para o IEP - Instituto das Estradas de Portugal da Rua O e respectivos Nós, em Santarém. -----

---- \* Auto de transferência para a Câmara Municipal de Santarém do trecho da actual Estrada Nacional número Três entre o quilómetro trinta e cinco vírgula seiscentos [Nó três (com a Rua O)] e o quilómetro quarenta vírgula oitocentos e sessenta (Portela das Padeiras), com a extensão de cinco vírgula duzentos quilómetros, que constitui a travessia de Santarém, nas condições em que actualmente se encontra. -----

----A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar os autos de transferência subscritos pelo senhor Presidente, em vinte e quatro do mês findo.-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- Estes documentos ficam anexos à presente acta (Documentos V e VI, respectivamente), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- Informação número duzentos e trinta e dois, de trinta do mês findo, da Técnica Superior de Serviço Social, Dr.<sup>a</sup> Maria Elisabete Filipe, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, dando conhecimento do aditamento ao Acordo de Colaboração do Projecto de Cuidados Continuados e Apoio Social promovido pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo – Serviço Sub-Regional de Santarém. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício número mil e oito, de trinta de Maio findo, do **Director do Instituto do Emprego e Formação Profissional** informando que assumiu funções em vinte e quatro do mesmo mês e disponibilizando-se para continuar a aprofundar o relacionamento entre as duas instituições. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Informação número noventa e quatro, de um do corrente mês, do **Coordenador do Gabinete Técnico Local da Ribeira de Santarém e Alfange**, apresentando o respectivo relatório de actividades relativo ao mês de Maio findo. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Carta do **Director Regional do Ambiente de Lisboa e Vale do Tejo**, senhor Joaquim Travanca Capucho apresentando cumprimentos de despedida e sublinhando a excelente cooperação institucional que se verificou no âmbito do relacionamento com a Câmara Municipal. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Carta do Presidente do Conselho Directivo do **Instituto Nacional de Habitação**, senhor Eduardo Vilaça, informando que vai deixar de exercer aquele cargo e agradecer a colaboração que sempre existiu para que se pudessem encontrar as melhores soluções no sentido de minimizar as graves carências habitacionais do nosso País. -----

--- Tomado conhecimento. -----



**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

-----**INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS SENHORES PRESIDENTE E**-----  
 -----**VEREADORES**-----

----Após apreciação dos documentos apresentados à reunião, intervieram para dar conhecimento de diversos assuntos, os seguintes membros da Câmara Municipal. -----

----**SENHOR PRESIDENTE JOSÉ MIGUEL CORREIA NORAS - UM** – Deu conhecimento das decisões proferidas durante as últimas semanas de acordo com o número três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro. -----

----**DOIS** – Dia vinte e quatro de Maio – Reuniu-se com representantes da REFER-EPL – Rede Ferroviária Nacional – Empresa Pública, a propósito dos projectos respeitantes às passagens desniveladas da linha do norte. -----

----**TRÊS** – Dia vinte e seis de Maio – Recebeu com o Subdirector-Geral de Viação. -----

----**QUATRO** – Reuniu-se com o Coordenador do Gabinete Técnico Local da Ribeira de Santarém e Alfange. -----

----**CINCO** – Recebeu o escritor Dr. Aurélio Lopes. -----

----**SEIS** – Recebeu o ex-Ministro Conselheiro da Embaixada da Roménia em Portugal, Engenheiro Adriano Budaco. -----

----**SETE** – Visitou a exposição de aguarelas, modelagem e cerâmica, da autoria de Maria Flor, Gil dos Santos e Arminda Rodrigues. -----

----**OITO** – Reuniu-se com o Director de Estradas do Distrito de Santarém. -----

----**NOVE** – Subscreveu os autos de transferência da Rua “O” e respectivos nós para a jurisdição do IEP – Instituto das Estradas de Portugal e do trecho da actual Estrada Nacional três, entre o quilómetro trinta e cinco, seiscentos [Nó três (com a Rua O)] e o quilómetro quarenta, oitocentos e sessenta (Portela das Padeiras), coma extensão de cinco, duzentos e sessenta quilómetros, para a jurisdição da Câmara Municipal de Santarém. -----

----**DEZ** – Interveio na reunião do Conselho de Administração do Centro Nacional de

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

Exposições e Mercados Agrícolas.-----

--- **ONZE** – Reuniu-se com os Presidentes das Câmaras Municipais de Almeirim, Alpiarça e Golegã.-----

--- **DOZE** – Presidiu a nova reunião da Comissão Consultiva de Trânsito e Transportes -

--- **TREZE** – Dia vinte e sete de Maio – Participou na Convenção Autárquica Distrital do Partido Socialista.-----

--- **CATORZE** – Visitou a exposição de pintura de Ana Graça e Eduarda Pereira.-----

--- **QUINZE** – Reuniu-se com o Presidente da Direcção da ANANGOLA – Associação de Naturais e Amigos de Angola no Ribatejo.-----

--- **DEZASSEIS** – Acompanhou as diferentes iniciativas integradas na “Semana Africana”.-----

--- **DEZASSETTE** – Associou-se à “Festa da Flor”, na freguesia de Almoster.-----

--- **DEZOITO** – Presidiu ao acto inaugural da exposição “Verdes Anos – os meninos do princípio do século”, na freguesia de Vale de Figueira.-----

--- **DEZANOVE** – Interveio no lançamento do livro “Vale de Figueira – a Terra que os viu nascer”, da autoria de José Gaspar Vicente.-----

--- **VINTE** – Visitou a freguesia do Pombalinho, tendo reunido com a respectiva Junta. -

--- **VINTE E UM** – Acompanhou o “II Encontro de Grupos Folclóricos”, promovido pelo Sport Clube Povoense “Os Leões”, da Póvoa de Santarém.-----

--- **VINTE E DOIS** – Dia vinte e oito de Maio – Presidiu às cerimónias comemorativas do octogésimo quinto aniversário da Sociedade Recreativa Operária.-----

--- **VINTE E TRÊS** – Dia vinte e nove de Maio – Reuniu-se com Sua Excelência o Secretário de Estado das Obras Públicas.-----

--- **VINTE E QUATRO** – Reuniu-se com o Director de Estradas do Distrito de Santarém.-----

--- **VINTE E CINCO** – Recebeu a Comissão Administrativa da União Desportiva de Santarém.-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

- **VINTE E SEIS** – Dia trinta de Maio – Reuniu-se com Suas Excelências o Ministro da Educação e o Secretário de Estado da Administração Educativa. -----
- **VINTE E SETE** – Recebeu o Subdirector da Estação Zootécnica Nacional. -----
- **VINTE E OITO** – Participou no seminário destinado à divulgação do POE - Plano Operacional de Economia.-----
- **VINTE E NOVE** – Presidiu à reunião interna de coordenação das actividades que decorrem sob responsabilidade da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico.-----
- **TRINTA** – Subscreveu o acordo de colaboração técnica e financeira entre a Direcção Regional do Ambiente de Lisboa e Vale do Tejo e a Câmara Municipal de Santarém, oportunamente aprovado por deliberação do Executivo. -----
- **TRINTA E UM** – Dia trinta e um de Maio – Coordenou a reunião preparatória da inauguração da futura Ponte Salgueiro Maia, a segunda maior de Portugal. -----
- **TRINTA E DOIS** – Reuniu-se com o Excelentíssimo Governador Civil de Santarém.
- **TRINTA E TRÊS** –Recebeu o Presidente do Conselho de Administração da Lactogal – Laticínios de Portugal.-----
- **TRINTA E QUATRO** – Conferiu posse a: Nuno Miguel Moleiro Oliveira, como engenheiro técnico civil de segunda classe, com efeitos a partir de dois de Março último; a Estrela de Assunção Branco dos Santos, como técnica superior de história de primeira classe, com efeitos a partir de quinze de Março último; a Catarina Isabel Loureiro Esteves Martinho Malha, como directora de projecto, com efeitos a partir de três de Abril findo; a António Talhão Duarte, como condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, com efeitos a partir de dez de Maio; a João Manuel Campo Elias e a Manuel José Pereira Baptista, como motoristas de pesados, com efeitos a partir de dez de Maio; a Carlos Sampaio Rosa, como técnico superior de recursos humanos, com efeitos a partir de dez de Maio; a Manuel da Conceição Paulino, como canalizador, com efeitos a partir de dez de Maio; a Zulmira dos Santos Silva Neto, como cantoneiro de limpeza, com

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

efeitos a partir de dez de Maio; a José Augusto Frazão Garcia, como operário de arqueologia, com efeitos a partir de dez de Maio; a Artur Jorge Silva Montez, como operador de estações depuradoras, com efeitos a partir de dez de Maio; a Maria da Luz Carvalho Justo, a Dora Maria Domingos Figueiras dos Santos Fidalgo, a Maria Matilde Gomes Venâncio, a Paulo Jorge Vieira Rodrigues, a Anabela Cardoso Pires da Silva e a Helder Fernando Coelho Caria, como assistentes administrativos, com efeitos a partir de dez de Maio; a José João Baeta Gomes, como técnico profissional de relações públicas, com efeitos a partir de dez de Maio; a Ana Bela Maria Cordeiro Santos Raposeira, a Maria Manuela Carvalho França Espírito Santo, a Florbela Fernanda Loureiro Marmelo Rodrigues, a Maria de Lourdes Martinho dos Santos Diniz e a Artur da Piedade Afoito, como chefes de secção. -----

--- **TRINTA E CINCO** – Recebeu o Director da Estação Zootécnica Nacional. -----

--- **TRINTA E SEIS** – Reuniu-se com o Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide. -----

--- **TRINTA E SETE** – Dia um de Junho – Presidiu à reunião da Direcção da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico. -----

--- **TRINTA E OITO** – Visitou os centros históricos de Castelo de Vide e Marvão, este último candidato a Património Mundial. -----

--- **TRINTA E NOVE** – Dia dois de Junho – Recebeu Sua Excelência a Vice-Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Doutora Benedita da Silva, tendo acompanhado a sua visita a Santarém, a qual se estendeu até quatro de Junho. -----

--- **QUARENTA** – Reuniu-se com o Presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo. -----

--- **QUARENTA E UM** – Dia três de Junho – Acompanhou o XIX Festival de Folclore da Portela das Padeiras. -----

--- **QUARENTA E DOIS** – Dia quatro de Junho – Apresentou cumprimentos de despedida a Sua Excelência a Vice-Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Doutora

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

Benedita da Silva.-----

----**QUARENTA E TRÊS** – Acompanhou a população das Caneiras na sua “visita às origens, em Praia da Vieira – Vieira de Leiria”, concelho da Marinha Grande. -----

----**QUARENTA E QUATRO** – Reuniu-se com o Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande. -----

----**QUARENTA E CINCO** – Associou-se às iniciativas artísticas e culturais integradas no programa das comemorações do XX Aniversário da Rádio Pernes. -----

----**QUARENTA E SEIS** – Dia cinco de Junho – reuniu-se com o Presidente do NERSANT – Associação Empresarial do Distrito de Santarém. -----

----**QUARENTA E SETE** – Recebeu o Director da Estação Zootécnica Nacional. -----

----**QUARENTA E OITO** – Reuniu-se com o Director do Instituto Educativo do Ribatejo.-----

----**QUARENTA E NOVE** – Recebeu o vice-presidente da Direcção da Delegação Distrital de Santarém da Cruz Vermelha Portuguesa. -----

----**CINQUENTA** – Reuniu-se com a Comissão Diocesana de Arte Sacra. -----

----**CINQUENTA E UM** – Recebeu o Presidente da Junta de Freguesia da Gançaria. ----

----**CINQUENTA E DOIS** – Reuniu-se com Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Saúde da Gançaria. -----

----**CINQUENTA E TRÊS** – Participou na reunião de balanço referente à missão realizada no Brasil, no período de trinta de Abril a dezassete de Maio de dois mil.-----

----**CINQUENTA E QUATRO** – Dia seis de Junho – Acompanhou a cerimónia de posse do Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Gestão de Santarém. --

----**CINQUENTA E CINCO** – Dia sete de Junho – Participou na inauguração do centro de serviços e da nova sede da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, sob a presidência do Senhor Ministro Adjunto e da Administração Interna. -----

----**CINQUENTA E SEIS** – Interveio na cerimónia de apresentação pública do projecto “Distrito de Santarém, um destino para o EURO dois mil e quatro”.-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- **CINQUENTA E SETE** – Presidiu a nova reunião interna de coordenação da actividade autárquica. -----

--- **CINQUENTA E OITO** – Convocou a próxima reunião camarária para vinte de Junho, com início às nove horas. -----

--- **SENHORA VEREADORA DUNIA PALMA** – **UM** – De vinte e oito de Abril a dois de Maio – Integrou a comitiva que se deslocou ao Brasil – Cabrália, Porto Seguro e Salvador no âmbito das Comemorações dos Quinhentos Anos do Descobrimento do Brasil. A iniciativa da deslocação pertenceu à Câmara de Belmonte, que está geminada com Santa Cruz de Cabrália, e agregou as autarquias de Santarém e Fafe, já associadas para a promoção da Casa de Porto Seguro além das Câmaras de Proença a Nova, Celorico da Beira, Ribeira de Pena, Fundão, Manteigas e Almeida. Foram concretizadas visitas aos locais do descobrimento, à casa de Belmonte que se está a erigir em Cabrália, celebrada uma missa por dois bispos, da Guarda e de Salvador e vários sacerdotes de Portugal e do Brasil no final da qual cantou Nuno da Câmara Pereira. -----

--- **DOIS** – De três a dezasseis de Maio – Integrou o grupo da Câmara de Santarém na visita ao Brasil que teve início no Rio de Janeiro com a participação no colóquio sobre “Requalificação Urbana” e reunião no Museu Histórico Nacional. -----

--- Como pontos altos de toda a visita, salientou a visita à fábrica de cerveja CINTRA em Campinas, as condecorações, em São Paulo, pela Sociedade Heráldica Brasileira, a distinção com a Medalha do Barão do Rio Branco à Câmara de Santarém pelo Governo do Brasil, no Palácio do Itamarati, em Brasília e a recepção proporcionada pelas Prefeitura e Câmara de Santarém, cidade irmã do Pará. -----

--- **TRÊS** – Dia dezoito de Maio – Esteve presente na abertura da exposição “João Afonso de Santarém em São João de Alporão. -----

--- **QUATRO** – Dia vinte de Maio – Visitou a Casa do Povo do Pombalinho. -----

--- **CINCO** – Assistiu a um concerto na Igreja da Graça, no âmbito do Festival de Música de Santarém. -----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

- SEIS** – Dia vinte e nove de Maio – No Centro da Área Educativa, participou na reunião da Rede Escolar.-----
- SETE** – Dia trinta de Maio – Recebeu a comitiva de Somerset no âmbito do projecto “Ambiente das Crianças” e manteve reunião com Ralph Clark, representante da região. --
- OITO** – Dia trinta e um de Maio – Jantou, em Alcanede, com alunos e professores ingleses, após visita ao concelho.-----
- NOVE** – Dia um de Junho – No CNE - Centro Nacional de Exposições, acompanhou crianças e professores na animação proporcionada pela Autarquia a propósito do Dia Mundial da Criança e direccionada a Jardins de Infância e Escolas do Primeiro Ciclo. ----
- DEZ** – Dia dois de Junho – Esteve na recepção oferecida, nos Paços do Concelho, a Benedita Silva, Vice-Governadora do Estado do Rio de Janeiro.-----
- ONZE** – Dia quatro de Junho – Na Casa do Brasil, integrou o grupo que apresentou despedidas à Vice-Governadora e recebeu familiares de Gilberto Freire a pedido do Dr. Veríssimo Serrão.-----
- DOZE** – Dia cinco de Junho – Esteve na cerimónia comemorativa dos vinte anos do Instituto Politécnico de Santarém.-----
- TREZE** – Reuniu-se, na Direcção Regional de Educação de Lisboa, para equacionar implementação da componente de apoio à família em Jardins de Infância no mês de Julho. -----
- CATORZE** – Manteve contacto no IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado para clarificar documento de abertura de concurso.---
- QUINZE** – Esteve na tomada de posse do novo Conselho Directivo da Escola Superior de Gestão.-----
- DEZASSEIS** – Dia sete de Junho – Na Casa do Brasil, participou na reunião sobre “Carta Social”, orientada pelo Instituto para o Desenvolvimento Social e direccionada às Comissões Locais de Acção Social de Santarém e Abrantes. -----
- SENHORA VEREADORA MARIA DA GRAÇA MORGADINHO** – **UM** – No

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

dia vinte e seis de Maio recebeu a Associação Comercial de Santarém que deu conhecimento do programa e solicitou o apoio da Câmara para as iniciativas que vão realizar, no âmbito das comemorações dos seus cento e vinte e cinco anos. -----

--- **DOIS** – No dia vinte e sete de Maio deslocou-se ao Centro de Convívio da Anangola – Associação de Amigos de Angola, a fim de visitar uma exposição de pintura. -----

--- **TRÊS** – Deslocou-se a Vale de Figueira para visitar uma exposição de fotografia e trajes, promovida pela Junta de Freguesia de Vale de Figueira na sua sede. -----

--- **QUATRO** – Esteve presente na homenagem ao Dr. José Amaral, promovida pelo Centro Cultural Regional de Santarém, em representação da Câmara. -----

--- Assistiu à serenata promovida pelo Centro Cultural, na Praça Sá da Bandeira, com o Grupo de Guitarras e Canto daquele Centro, e que contou com a presença de muitos antigos estudantes de Coimbra e de Lisboa que quiseram associar-se a esta homenagem ao Professor Dr. José Amaral. -----

--- **CINCO** – No dia vinte e oito de Maio esteve no almoço de comemoração dos oitenta e cinco anos da Sociedade Recreativa Operária, que decorreu com o prestígio habitual. --

--- **SEIS** – No dia vinte e nove de Maio acompanhou o senhor Presidente a uma reunião em Lisboa, ao Ministério das Obras Públicas a fim de tratar de assuntos relacionados com a inauguração da Ponte Salgueiro Maia. -----

--- **SETE** – Às dezasseis horas reuniu com os responsáveis do projecto de valorização turística do Centro Histórico de Santarém, no sentido de estabelecer critérios inerentes à futura actuação da Câmara no âmbito da recuperação de fachadas no Centro Histórico da Cidade. -----

--- **OITO** – Recebeu o responsável da Revista “Olá – Semanário”, que vai realizar uma festa no último dia da Feira Nacional de Agricultura, na Casa do Campino, associando-se ao aniversário do Grupo de Forcados Amadores de Santarém. -----

--- **NOVE** – À noite manteve uma reunião relacionada com o Congresso de Tauromaquia. -----



**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

- DEZ** – No dia um de Junho participou no Congresso Europeu de Turismo, em Beja. -
- ONZE** – À noite participou numa reunião com a Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Trânsito, no sentido de estabelecer pormenores relativos às cerimónias de inauguração da Ponte Salgueiro Maia que decorrerão no dia onze de Junho. -----
- DOZE** – No dia dois de Junho acompanhou o senhor Presidente ao aeroporto de Lisboa a fim de receber a senhora Vice-Governadora do Rio de Janeiro, Dr.<sup>a</sup> Benedita Silva que quis prestigiar Santarém com a sua presença.-----
- Participou em todas as cerimónias que tiveram lugar neste dia e no jantar que decorreu na Sala dos Azulejos do edifício dos Paços do Concelho. -----
- TREZE** – No dia três de Junho acompanhou a senhora Vice-Governadora. -----
- À noite acompanhou-a ao Festival de Folclore da Portela das Padeiras.-----
- CATORZE** – No dia quatro, às nove horas e trinta minutos, deslocou-se à Casa do Brasil onde participou na cerimónia de despedida da senhora Vice-Governadora.-----
- QUINZE** – No dia cinco participou numa reunião da Associação Festival Nacional de Gastronomia a fim de tratar de assuntos relacionados com a preparação do Festival de Gastronomia/dois mil.-----
- DEZASSEIS** – Às quinze horas reuniu com responsáveis do PROCOM - Programa de Apoio à Modernização do Comércio na Associação Comercial de Santarém, no sentido de efectuar o ponto da situação deste Programa.-----
- Respondendo a questões colocadas pelo senhor Vereador Vicente Batalha, referiu que os atrasos deste Programa não são imputáveis à Câmara.-----
- Informou terem sido apresentados oitenta e seis projectos pelos comerciantes locais, tendo já sido aprovados trinta e seis que ainda não foram pagos porque o IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento só procede ao seu pagamento após a recepção do respectivo contrato. -----
- Acrescentou que vinte e sete desses projectos já estão concluídos porque os

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

comerciantes avançaram com meios próprios para a sua concretização, aguardando agora as respectivas verbas. -----

--- Disse estarem cinquenta projectos em fase de aprovação. Referiu já ter marcado uma reunião com a Arquitecta Clotilde, dos Serviços Técnicos da Secretaria de Estado, a realizar no próximo dia nove de Junho, a fim de saber qual a situação destes projectos.---

--- Informou ainda, ter sido apresentado pela Associação Comercial de Santarém, um projecto de dinamização para o Centro Histórico, assim como a Câmara irá apresentar um projecto de reordenamento e de revitalização da Praça Sá da Bandeira e Rua Serpa Pinto, para que sejam analisados em consonância.-----

--- **DEZASSETE** – No mesmo dia, às dezasseis horas e trinta minutos, recebeu a Associação Cruz de Cristo da Póvoa da Isenta que irá comemorar os Santos Populares. --

--- **DEZOITO** – Recebeu também, a Dona Judite Leitão, da Associação Casal do Paúl, que veio solicitar apoio para a biblioteca daquela colectividade. -----

--- **DEZANOVE** – No dia seis de Junho manteve uma reunião com o Dr. Jorge Custódio e com o responsável da Casa do Brasil, a fim de tratar problemas inerentes à Casa do Brasil. -----

--- **VINTE** – Manteve uma reunião com o Professor José Soares, responsável pela co-organização do Festival Internacional de Música de Santarém, no sentido de recolher propostas que, no âmbito do festival, possam comemorar o Dia Mundial da Música. Foram também abordados assuntos relacionados com a preparação do Festival Internacional de Música para o ano dois mil e um. -----

--- **VINTE E UM** – Das quinze horas e trinta minutos às vinte horas e trinta minutos, manteve uma reunião com o Engenheiro Santinho Horta, o Instituto para a Construção Rodoviária, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública e a Brigada de Trânsito, no sentido de preparar a cerimónia da inauguração da Ponte Salgueiro Maia.

--- Deu conhecimento pormenorizado do respectivo programa. -----

--- **VINTE E DOIS** – No dia sete de Junho visitou a obra do Sacapeito, acompanhada

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

pelo Director do Departamento de Obras Municipais, Engenheiro Jerónimo. -----

---- À tarde participou na apresentação da candidatura do Distrito de Santarém ao Euro dois mil e quatro, realizada no CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas com a presença do senhor Ministro Fernando Gomes. -----

---- **SENHOR VEREADOR BOTAS CASTANHO** – **UM** – Dias vinte e três e vinte e quatro de Maio – Esteve presente em duas reuniões de trabalho no Gabinete de Arquitectura Lacave Allemand & Associates, de Paris, para apreciação e análise crítica dos projectos em curso do futuro Parque de Negócios a edificar na Quinta da Mafarra, em Santarém, em cooperação com o NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém. -----

---- **DOIS** – Dia vinte e cinco de Maio – Participou nos trabalhos da Assembleia Geral da DET - Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, S.A., em representação do senhor Presidente da Câmara.-----

---- **TRÊS** – Dia vinte e oito de Maio – Participou nas festas populares dos Casais da Charneca e assistiu à tourada de Alcanede. -----

---- **QUATRO** – Dia trinta e um de Maio – Participou numa reunião de trabalho com o Presidente do Conselho de Administração da LACTOGAL Produtos Alimentares, S.A., empresa que pretende construir em Santarém uma grande unidade fabril para a produção de queijo e outros produtos lacticínios. -----

---- **CINCO** – Dia dois de Junho – Participou, no Centro Cultural de Belém, na cerimónia de assinatura de contratos (no âmbito do PEDIP - Programa Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa) do IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento com várias empresas (entre elas a DRINK IN, do Grupo Sousa Cintra) cerimónia que contou com a presença do senhor Ministro das Finanças e Economia. -----

---- **SEIS** – Esteve presente na cerimónia de recepção à senhora Vice-Governadora do Estado do Rio de Janeiro – Dr.<sup>a</sup> Benedita Silva, no Salão Nobre dos Paços do Concelho. -

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

--- **SETE** – Dia quatro de Junho – Participou na reunião de trabalho, na Casa do Brasil, com a senhora Vice-Governadora do Estado do Rio de Janeiro, cerimónia que encerrou a estadia desta ilustre convidada na nossa cidade. -----

--- **OITO** – Associou-se às comemorações do XX aniversário da Rádio Pernes, tendo estado presente no espectáculo que esta estação promoveu no recinto de festas da Póvoa da Isenta. -----

--- Endereçou, a propósito, os parabéns à Rádio Pernes e desejou-lhe as maiores felicidades e êxitos futuros, tendo aproveitado para reconhecer e agradecer publicamente o muito que a Rádio Pernes tem feito pela divulgação e prestígio do Município de Santarém. -----

--- **NOVE** – Dia cinco de Junho – Participou, em representação do senhor Presidente da Câmara na sessão solene comemorativa do vigésimo aniversário do Instituto Politécnico de Santarém realizada no auditório da Escola Superior Agrária, tendo integrado a mesa que presidiu aos trabalhos. -----

--- **DEZ** – Presidiu à reunião do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados. -----

--- **ONZE** – Dia seis de Junho – Esteve presente na cerimónia da tomada de posse do segundo Conselho Directivo da Escola Superior de Gestão, realizada no auditório da mesma escola. -----

--- **DOZE** – Participou no Encontro sobre Tecnologias de Informação e Comunicação em Saúde Pública, promovido pela Associação Portuguesa dos Profissionais de Saúde Pública, no Auditório do Pavilhão dos Descobrimentos. -----

--- **TREZE** – Apresentou parabéns e saudou publicamente a Associação Comercial de Santarém pela passagem dos seus cento e vinte e cinco anos, congratulou-se com o nível e a diversidade do programa comemorativo e lembrou o muito que o comércio tradicional e a cidade devem a esta Associação. -----

--- **CATORZE** – Saudou a Associação de Municípios da Lezíria do Tejo pela

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

inauguração da sua nova sede, no recinto do CNE - Centro Nacional de Exposições, no passado dia sete de Junho. -----

---- **QUINZE** – Congratulou-se com a conclusão dos trabalhos da Ponte Salgueiro Maia (que tem inauguração marcada para o próximo dia onze do corrente), obra notável de engenharia e de arquitectura e equipamento da maior relevância para o desenvolvimento de toda a região e obra marcante e emblemática da nossa cidade para o século XXI, como a Ponte Dom Luís o foi durante todo o Século XX.-----

---- **SENHOR VEREADOR ANTÓNIO OLIVEIRA** – **UM** – Disse ter assistido a um acidente na Avenida Afonso Henriques, tendo sido atropeladas duas crianças. Em sua opinião este acidente e outros que se têm verificado, devem-se a excesso de velocidade. -

---- Apelou à população para que tenha mais cuidado nas zonas habitacionais, diminuindo a velocidade.-----

---- Apelou também ao responsável pelo trânsito na Câmara para que solicite, com mais insistência, a colaboração da Polícia de Segurança Pública para que esta, com a sua acção fiscalizadora e dissuasora desta infracção, possa evitar mais acidentes.-----

---- **DOIS** – Colocou questões relacionadas com o restaurante no miradouro de São Bento, uma vez que as respectivas obras estão paradas.-----

---- Lamentou que aquele espaço não possa ser fruído de forma diferente.-----

---- **SENHOR VEREADOR HERMÍNIO MARTINHO** – **UM** – No dia vinte e oito de Maio participou no almoço comemorativo dos oitenta e cinco anos da Sociedade Recreativa Operária, que considerou um momento alto desta sociedade.-----

---- Sublinhou o grande convívio e participação que se verificaram. -----

---- **DOIS** – No dia trinta de Maio deslocou-se a Almoester para tratar de assuntos relacionados com questões ambientais com a senhora Presidente da Junta. -----

---- Aludiu aos problemas graves de contaminação de nascentes de água em Vila Nova do Coito, resultantes da utilização indevida de lagoas de uma agro-pecuária que não haviam sido previamente impermeabilizadas. As descargas para estas lagoas foram interrompidas

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

tendo as mesmas sido despejadas.-----

--- Disse ter visitado todas as nascentes no local e manifestou a sua satisfação por ter verificado que a água está praticamente recuperada, apresentando-se límpida e sem vestígios de quaisquer odores. -----

--- Relativamente à contaminação dos poços, resultante de outra pecuária situada em Rio Maior, referiu que também se nota uma melhoria na qualidade da água.-----

--- Disse ainda, ter detectado alguns municípios, em Atalaia, com esgotos a correr para a via pública. -----

--- Referiu já ter dado instruções aos serviços respectivos para notificarem novamente os municípios no sentido de resolverem o problema. -----

--- **TRÊS** – No dia um de Junho manteve uma reunião com o Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, Engenheiro Trindade e com o Dr. Silva Duarte a fim de analisar uma proposta de instalação do futuro canil municipal e do canil da ASPA – Associação Scalabitana de Protecção aos Animais e, paralelamente, do gatil e do cemitério de animais.-----

--- **QUATRO** – No dia dois de Junho esteve presente na recepção à senhora Vice-Governadora do Rio de Janeiro. -----

--- **CINCO** – No dia quatro de Junho associou-se às comemorações do vigésimo aniversário da Rádio Pernes, que decorreu no Recinto de Festas da Póvoa da Isenta. -----

--- **SEIS** – No dia cinco de Junho participou na sessão solene comemorativa do aniversário do Instituto Politécnico, que decorreu, com grande dignidade, no auditório da Escola Superior Agrária.-----

--- Sublinhou a qualidade das participações dos professores de música, Luís Pinha, Helena Vasques e Teresa Gonçalves, respectivamente, de violino, piano e canto, que muito contribuíram para o brilhantismo desta sessão solene.-----

--- **SETE** – No dia seis de Junho esteve presente na tomada de posse da Direcção da Escola Superior de Gestão.-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

----**OITO** – Informou ainda, ter tido conhecimento, no passado dia seis, que havia uma infestação invulgar de carraças, em São Bento. Referiu que, de imediato, se contactou uma empresa da especialidade que, ontem, procedeu ao tratamento das carraças em todos os espaços públicos de São Bento. Este tratamento será repetido no início do mês de Julho. -----

----**NOVE** – Informou que os serviços competentes têm vindo a proceder à recolha de canídeos na via pública e a entregá-los à ASPA – Associação Scalabitana de Protecção aos Animais. Apenas dois destes animais foram abatidos pelo veterinário municipal por se encontrarem em condições de saúde completamente inaceitáveis. -----

----**SENHOR VEREADOR VICENTE BATALHA – UM** – Comemoraram-se nos passados dias um e cinco do corrente, o Dia Mundial da Criança e o Dia Mundial do Ambiente. E ainda se justifica que continuem a comemorar-se. -----

----Comemorar é aprender, estudar, aprofundar e optar. -----

----Se como dizia Fernando Pessoa, “as crianças são o melhor do mundo”, e sobre a frase verso do poeta, que devemos concluir, são as crianças que se hão-de construir um mundo novo e melhor. -----

----Educação e Ambiente são a chave da qualidade de vida, de um projecto de vida harmonioso, sustentável, integrado. Educação e Ambiente são o binómio, a parceria estratégica para mudar o mundo, ou, no mínimo, e já é um passo qualitativo, para tornar o mundo mais habitável. -----

----Quanto ao Ambiente, quatro notas avulsas, para análise, reflexão, e consequente intervenção: a polémica arrastada e melindrosa da co-incineração, no País; no Sistema da RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo, a concretização da conclusão do Sistema com a introdução da recolha selectiva das embalagens que constituem o maior volume e a maior percentagem de resíduos sólidos, que exigem a instalação de uma Central de Triagem no Aterro Sanitário, o que faz uma falta importante e significativa, e exige vontade política de decisão urgente e adequada;

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

no País, exigem-se Aterros Industriais, um Plano Global de Localização, a definir pelo Governo em parceria com as Autarquias e demais agentes envolvidos no processo. Não se pode retirar prazo de vida aos Aterros de Resíduos Sólidos Urbanos, com as licenças provisórias de depósito às empresas, para os resíduos industriais comparáveis a domésticos exclusivamente, e os resíduos especiais, perigosos e tóxicos? Lá teremos que regressar, resolver, pôr de acordo, e decidir sobre os vários interesses em jogo. Mas que se tem que decidir tem, porque a situação como está é grave, não se sabe onde estão nem a quantidade dos resíduos tóxicos e perigosos. Esse facto é gravoso e preocupante; por fim, a demagogia e a hipocrisia existentes quanto às questões ambientais: os rios continuam poluídos (Tejo, Alviela, Maior), as nascentes correm graves perigos e a água não é para beber, as suiniculturas e pecuárias, as mais das vezes, continuam ilegais, assim como boa parte das pedreiras o está também e a afectar gravosamente o equilíbrio ecológico e a adulteração da paisagem, o saneamento básico não existe em muitas freguesias, e o esgoto continua a correr a céu aberto e por algumas ruas, a construção não respeita muitas vezes as linhas de água, os acidentes, a fisionomia característica da paisagem, a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional que continua inexplicavelmente – e tanto quanto sei – por publicar, apesar de aprovada. -----

--- Em síntese, falta coerência e credibilidade ao discurso ambiental, à política ambiental, pois as bonitas e mansas palavras esbarram com a verdade nua e crua da realidade, onde a água potável continua a esgotar-se e a sua qualidade a ser posta constantemente em causa, aqui, ali, um pouco por todo o lado. Que se continuem a salvar os recursos naturais do nosso concelho, concretamente a água, sem a qual a vida é impossível, trágica. -----

--- Verde é esperança, há que salvar o Ambiente. -----

--- O Jornal diário “Publico” fez a edição desse Dia Mundial toda em papel reciclado. É um gesto simbólico, mas com significado. Também eu em tempos fiz uma Proposta para que toda a Câmara, ou, no mínimo o Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente,



**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

passasse a utilizar papel reciclado existente no mercado. No despacho do senhor Presidente que vi, penso constar que se juntasse antecedentes, pois teria havido do antecedente qualquer sugestão ou proposta sobre o mesmo assunto.-----

----Até à data, nada mais soube, por isso aqui deixo de novo expressa a proposta de utilização de papel reciclado, e que se dê início ao processo administrativo, para o efeito.

----**DOIS** – Voltou ao processo do PROCOM - Programa de Apoio à Modernização do Comércio e era para apresentar um requerimento sobre o assunto, que várias vezes levantara, mas perante os esclarecimentos com os dados possíveis apresentados pela senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Graça Morgadinho, não o vai entregar. -----

----**TRÊS** – Apresentou a seguinte proposta sobre o Plano Estratégico da Cidade e o Plano Estratégico Concelhio, que se transcreve: -----

----“Relativamente ao assunto em epígrafe, considerando a sua extrema importância para o desenvolvimento estratégico do Concelho de Santarém, em termos de planeamento e de ordenamento, instrumentos essenciais ao desenvolvimento integrado e sustentável do Concelho, cidade/freguesias rurais, -----

----**PROPONHO:** -----

----**UM – QUE SEJA EFECTUADO O BALANÇO DO CUMPRIMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DE SANTARÉM, EM FACE DOS GRANDES OBJECTIVOS, PRAZOS E FINANCIAMENTOS;**-----

----**DOIS – QUE, CONFORME ASSUMIDO, SEJA DESENCADEADO O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO CONCELHIO, COM A POSSÍVEL BREVIDADE.**” -----

----**QUATRO** – Referiu que felizmente que ainda há pessoas que dão pela sua falta nalguns actos públicos onde deveria estar. Lamentou ter que informar a Câmara que não recebe a tempo e a horas alguns Convites para cerimónias onde gostaria, como sempre tentou fazer, de participar, de se associar. Apenas, um exemplo, sobre o qual quis fazer um veemente protesto, o Convite para a cerimónia de recepção à senhora Vice-

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Dr.<sup>a</sup> Benedita da Silva, no dia dois, foi recebido com a Ordem de Trabalhos desta Reunião, no dia seis de Junho à tarde. Não são necessárias mais palavras. -----

--- **CINCO** – Mencionou que com o correr da reunião, o senhor Presidente não lhe deu a palavra, no ponto respeitante ao Protocolo tripartido a celebrar pela Câmara Municipal de Santarém, o Grupo dos Empregados no Comércio de Santarém “Os Caixeiros” e os Herdeiros de Virgílio Vicente Marques.-----

--- Quanto a essa questão, em nome da Coligação Democrática Unitária deixou expressa a profunda preocupação pela contrapartida de construção no terreno dos “Caixeiros”, porque isso inviabiliza qualquer solução alternativa ao traçado e prolongamento que possa romper para norte uma futura saída de Santarém. É uma posição que queria ter exposto na ocasião própria, mas pela sua extrema importância quer que fique acautelada para o futuro. A estrada de São Domingos e o terreno em causa para o seu alargamento, porque se tem vindo a bater, como questão essencial e prioritária para o desenvolvimento e o trânsito da cidade, é uma coisa, a permuta é outra, o que está em causa é a possível inviabilização de alternativas necessárias, para o efeito.-----

--- **SEIS** – Tendo ouvido com atenção as informações, não lhe escapou como ao senhor Vereador Oliveira, que já o referiu, que já estava nomeado o novo Director da Casa do Brasil. Congratulou-se com o facto, mas oficialmente como membro desta Câmara nada lhe foi dito, pelo que não sabe quem é.-----

--- Referiu que mentiria, se dissesse que pessoalmente já não sabe, é o senhor Dr. Pinto da Rocha, e gostaria que tal lhe fosse confirmado, porque a ser assim, já o sabia, desde o Festival Nacional de Gastronomia. Mencionou ainda que não foi por palpites, não tendo culpa de ter ouvido, por casualidade. Afinal, confirmou-se, como estava previsto.-----

--- **SETE** – Na sequência da intervenção do senhor Vice-Presidente, Dr. Botas Castanho, também se congratulou com a Inauguração da nova Ponte, e pelo nome que lhe foi atribuído, Salgueiro Maia.-----

**ACTA Nº. 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

----Perderam aqueles que defenderam os nomes de Pedro Álvares Cabral ou de Zamora.”

----Na sequência da intervenção do senhor Vereador Vicente Batalha, o senhor **Vereador Hermínio Martinho** referiu que os problemas do ambiente são muito graves sendo altura de alguém começar a tomar decisões sobre os mesmos. -----

----Manifestou o seu apoio integral ao senhor Ministro José Sócrates que tem, de uma forma clara e objectiva, acompanhado, analisado e decidido como compete a um governante. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

----E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram catorze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser submetida a aprovação na reunião imediata. -----

----E eu, \_\_\_\_\_ Chefe de Secção a redigi e subscrevi.-----

-----**O PRESIDENTE**-----

-----  
\_\_\_\_\_

-----**OS VEREADORES**-----

-----  
\_\_\_\_\_

-----  
\_\_\_\_\_

-----  
\_\_\_\_\_

-----  
\_\_\_\_\_

**ACTA N° 15/00**  
**Reunião de 8 de Junho de 2000**

---

---

---

---

---

---

---

---